

# TJ decide que Alysson deve voltar à prisão

O ex-diretor de Participações da Sercomtel Alysson Tobias de Carvalho teve novamente a prisão preventiva decretada pela juíza substituta em segundo grau Lillian Romero, que revogou a liminar concedida no último dia 12 de maio, no plantão judiciário do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, e que determinava sua soltura. Alysson, que esteve preso por 12 dias, contando o período internado no Hospital do Coração, não foi localizado ontem à tarde pelos policiais do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), no apartamento dele no centro da cidade. No local e no apartamento da mãe dele, também foram cumpridos mandados de busca e apreensão, porém, nada foi apreendido.

No despacho publicado ontem, Lillian Romero considerou que foi "litigância de má-fé", por parte da defesa do acusado, o fato de ter sido apresentado o pedido de habeas corpus durante o plantão do TJ, sendo que havia pedido semelhante já analisado pela juíza. Citando o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, ela afirmou que "é vedada a apresentação, no Plantão Judiciário, de reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior". Na mesma decisão, ela também jul-

### Até o início da noite de ontem, ex-diretor da Sercomtel não tinha sido encontrado pelo Gaeco

gou extinto um novo pedido de habeas corpus apresentado, esta semana, em favor do chefe de Gabinete da Prefeitura de Londrina, Rogério Lopes Ortega.

A magistrada assinala, ainda, que o auxiliar do TJ que estava em serviço deveria ter, informado ao juiz de plantão sobre a existência de decisões anteriores referentes à Alysson, acusado pelo Gaeco de corrupção ativa e formação de quadrilha. "Diante da gravidade dos fatos", escreve a juíza, o procedimento será encaminhado para a Corregedoria-Geral de Justiça, "para que tome as providências que reputar pertinentes". O auxiliar justificou a falha, alegando grande volume de serviço.

Para embasar a decisão de manter as prisões de Alysson e Ortega, a juíza argumenta que "as condutas, em tese, praticadas pelos indiciados, no exercício de funções públicas, pelo modo concreto como se desenvolveram, revelam extrema ousadia e gravidade e demonstram desenvoltura a indicar que a liberdade de ambos significa concreto risco de reiteração de delitos".

Segundo o promotor de Justiça Cláudio Esteves, "todos os seis denunciados deveriam ficar custodiados preventivamente, tendo em vista o fato de que podem interferir na instrução do processo". Foram denunciados pelo Gaeco por formação de quadrilha e corrupção, além de Alysson e Ortega, o presidente afastado da Sercomtel, Roberto Coutinho Mendes, o vereador afastado Eloir Valença (PHS), o ex-secretário de Governo Marco Cito e o empresário Ludovico Bonato. A FOLHA tentou falar ontem com o advogado Miguel El Kadri, que defende Alysson, mas ele não atendeu o celular. O ex-diretor da Sercomtel não havia sido localizado até o fechamento desta edição e, a partir de hoje, é considerado foragido.

19 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### Justiça exige desfibrilador na Prefeitura

**Londrina** - A Prefeitura de Londrina tem 90 dias para disponibilizar um desfibrilador e pessoal treinado para prestar socorro às vítimas de paradas cardíacas na sede do Executivo. O prazo foi dado pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Emil Gonçalves, que acatou a ação civil pública do Ministério Público. A decisão é do dia 14 de maio.

Caso a Prefeitura não cumpra a determinação judicial terá que arcar com uma multa diária de R\$ 2 mil. Segundo o promotor de Defesa da Saúde Pública, Paulo Tavares, antes de acionar a via judiciária, o MP tentou por meio de ofícios sensibilizar a Prefeitura sobre a importância da disponibilidade do equipamento em razão do grande número de visitantes que a sede do Executivo recebe diariamente: "Já havíamos encaminhado nove ofícios ao Município de Londrina, solicitando o respeito à legislação", lembra o promotor, que entrou com ação no dia 9 de maio.

Tavares esclarece que a Prefeitura está desacatando uma lei municipal de 2001 (nº 9.727), a qual foi revista em 2005, e obriga os estabelecimentos de grande porte e outros locais de grande concentração de pessoas a disponibilizarem o equipamento desfibrilador e pessoal treinado.

No último sábado, o uso de um desfibrilador foi determinante para salvar a vida de um aposentado de 81 anos que fazia compras com o filho num hipermercado de Londrina quando sofreu uma parada cardíaca.

De acordo com promotor, além da Prefeitura outros 30 locais de grande circulação em Londrina foram vistoriados pela Vigilância Sanitária desde 2005 para cumprir a legislação. "Todos cumpriram a lei, inclusive o hipermercado onde o senhor foi salvo. Apenas a Prefeitura não cumpriu ainda", apontou. De acordo com promotor, a lista de locais que devem ser vistoriados pela Vigilância Sanitária deve ser ampliada.

O secretário de Saúde, Edson Souza, afirmou ontem que ainda não havia sido notificado, mas reconheceu a importância do equipamento e disse que vai cumprir a decisão.

19 MAI 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Judiciário tem 'última palavra' sobre salários, afirma Hage

*Jorge Hage:  
"É informação  
de interesse  
público,  
porque é pago  
com dinheiro  
público"*

**Ministro-chefe da CGU defende decreto que determina a divulgação de salários de cargos públicos de maneira individualizada**

**Brasília** - O ministro-chefe da Controladoria Geral da União (CGU), Jorge Hage, declarou ontem que caberá ao Poder Judiciário dar a "última palavra" sobre a polêmica decisão do governo federal de tornar público os salários do funcionalismo, conforme determinação de decreto publicado na quinta-feira no Diário Oficial da União.

A medida tem sido condenada por sindicatos e confederações de trabalhadores, que veem o procedimento como "invasão de privacidade". "Quem tem outro entendimento, o Judiciário está aberto. O direito de acesso à Justiça é um direito permanente, garantido pela Constituição. Quem

não se conforma vai ao Judiciário reclamar e o Judiciário vai dar a última palavra. Mas a postura do Poder Executivo Federal é de divulgação", disse Hage.

"O entendimento nosso, no Poder Executivo Federal, da CGU, o entendimento da presidenta Dilma é que isso não é invasão da privacidade, não é informação de Interesse estritamente pessoal, é informação de interesse público, porque é pago com dinheiro público", afirmou o ministro, acrescentando que o decreto atinge também os funcionários comissionados.

A medida, no entanto, não é universal dentro do funcionalismo público federal: não atinge servidores que trabalham em empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas pela União que atuam em regime de concorrência. Nesses casos, informou o ministro, as normas de divulgação de informação serão definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Hage destacou a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e a Petrobras como instituições que se enquadram nesses casos.

O Ministério do Planejamento ainda vai preparar uma portaria para regulamentar como será feita a divulgação dos salários do Executivo Federal.

O decreto que regulamenta a Lei de Acesso à Informação determina a divulgação de salários, auxílios, ajudas de custo, jetons e "quaisquer vantagens pecuniárias", de maneira individualizada dos ocupantes de cargos públicos. A determinação, porém, enfrenta resistências dentro do Legislativo e do Judiciário.

Indagado se a transparência não ficaria pela metade, caso não fosse seguida pelos demais Poderes, Hage respondeu: "Prefiro não me manifestar sobre outros Poderes. A minha atribuição legal é de cuidar da transparência no Poder Executivo Federal. Esse é o limite da atribuição da CGU".

19 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

# 'Aplicação da Ficha Limpa será rigorosa', diz Cármen Lúcia

**Curitiba** - Pela primeira vez, a Lei da Ficha Limpa será aplicada efetivamente nas eleições e, para a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, ela será seguida com rigor. Ontem em Curitiba, Cármen Lúcia também destacou que cabe ao eleitor fazer valer a lei que barra a candidatura de políticos condenados por órgãos colegiados. "É uma grande conquista e por isso gera expectativa. Essa lei veio da sociedade, e essa mudança realmente se implementa com o aval do cidadão no voto", disse. "Uma eleição mais segura e honesta é aquela em que cada cidadão vota limpo, com responsabilidade e honestidade, além de comprometimento. E a lei veio complementar estes anseios dos eleitores e será aplicada rigorosamente", completou.

## Contas aprovadas

A ministra ainda deixou claro que qualquer candidato que queira concorrer às eleições municipais de 2012 terá que ter as contas de 2010 apresentadas e aprovadas pelo TSE. "Existem alguns pedidos para que esta decisão seja reconsiderada, mas isto ainda não foi julgado. Então prevalece o que já está estabelecido", afirmou. Até então, bastava o candidato provar que apresentou as contas, independente de elas terem sido aprovadas ou reprovadas.

## Biometria

Sobre o uso da biometria pela primeira vez em eleições municipais, a ministra ressaltou que acredita que tudo deve correr dentro do previsto, sem maiores percalços. Neste primeiro "teste", serão cerca de oito milhões de eleitores votando pelo sistema de biometria, incluindo os eleitores de Curitiba. "Esperamos que tudo saia da melhor maneira possível. O sistema vai permitir mais celeridade e transparência ao processo que já é seguro. Servirá de exemplo para outros países, assim como a urna eletrônica já é reconhecida internacionalmente", contou.

A previsão oficial do TSE é que, até 2023, o sistema biométrico chegue em todo o País. Mas, acredita-se que a meta seja atingida antes, até 2018. Em Londrina, os eleitores devem votar através do novo sistema nas próximas eleições, em 2014.

## Redes sociais

Cármen Lúcia também lembrou que um dos grandes desafios para estas eleições será o uso das redes sociais (Twitter, Facebook). "A quantidade de pessoas com acesso às redes sociais é enorme e não há nada a ser feito em termos de regulamentação. Então não se sabe até onde fica a propaganda política e a liberdade de expressão. Isto terá que ser julgado caso a caso", disse.

A ministra, entretanto, garantiu que todos os abusos cometidos durante as eleições serão punidos. "Fraudes, abusos, corrupções, tudo isso terá uma resposta do TSE e dos tribunais regionais eleitorais", concluiu.

# FOLHA DE LONDRINA

## 'Todo gabinete' trabalha no caso mensalão, diz ministro

19 MAI 2012

Curitiba - Revisor da ação penal do mensalão, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski disse ontem, em Curitiba, que está trabalhando "intensamente" para concluir seu voto. A entrega do relatório de Lewandowski é o último passo que falta para o julgamento do mensalão começar.

"Nós estamos trabalhando intensamente nesse processo. A equipe do meu gabinete está praticamente toda dedicada a isso", afirmou o ministro, que passou pela capital paranaense para participar do Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral.

"Este ano ainda julgaremos. A expectativa é não apenas dos ministros (do STF), mas da sociedade brasileira e também minha", disse. Lewandowski disse que entregará seu voto "o mais breve possível", mas não quis falar em datas.

A reportagem apurou que o ministro e sua equipe fizeram uma reunião prolongada de trabalho na noite de anteontem, mas ele não quis falar a que se dedicou. "É comum. Os ministros do Supremo fazem sempre", disse.

Lewandowski lembrou que está ocupado com "muitas questões" além do processo do mensalão, como a relatoria do processo da CPI do empresário Carlinhos Cachoeira.

### Confronto

### MAZZA

Vitalidade institucional: Londrina einge detalhes das manobras que enodoam instituições locais com gravações cabeludas obtidas pelo Gaeco. Em Curitiba, é o contrário, pois há tanta gente comprometida na Câmara Municipal como na Assembleia, que tudo se amarra e não avança. O peso da sociedade cartorial, dos enlacedores parenterais, da interventência de gente de todos os poderes numa mediação sem freios - tudo isso faz o breque. Vitalidade cívica, oposta à clínica da Capital. O Capitão América por aqui se tornaria corredor matinal do Parque Barigui abandonando a sua luta por perda de sentido.

# 20 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### THIAGO NASSIF

#### **Jornada jurídica**

Em sua sexta edição, a Jornada de Estudos Jurídicos da Unopar acontece de 28 de maio a 1º de junho, em parceria com a Escola de Magistratura do Paraná (Emap) Núcleo Londrina. Durante o evento, no Auditório Nely Lopes Casalli, na Unidade Catuaí, serão comemorados os 25 anos da Emap. Na lista de palestrantes, nomes como Miguel Klouri Neto, Abelar Baptista Pereira Filho, André Callegari, Arnaldo Godoy e Gladston Mamede, entre outros, estão confirmados. Outras informações pelo telefone (43) 3371-7863.

20 MAI 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### *Crimes cibernéticos não são tipificados*

**Fábio Galão**  
*Reportagem Local*

Em setembro do ano passado, a Presidência do Senado instituiu uma Comissão de Juristas para elaborar um anteprojeto de reforma do Código Penal. A medida veio para tentar modernizar o código, publicado em 1940 e defasado por mais de 70 anos de mudanças na sociedade brasileira. Uma das lacunas do Código Penal vigente está na tipificação dos crimes praticados na internet.

A comissão já decidiu que os chamados crimes cibernéticos serão contemplados no anteprojeto, que deve ser apresentado até o final de junho. "Cada vez mais estamos vendo invasão de sites de governos, invasão do site do Governo Federal, e têm saldo do ar sites de várias instituições financeiras. Se formos verificar a autoria desses procedimentos, nós não temos tipo penal. Não é um estelionato e muito menos furto qualificado mediante fraude", afirmou o presidente da comissão, Gilson Dipp (ministro do Superior Tribunal de Justiça), em uma das reuniões do grupo.

Não é a primeira vez que os legisladores tentam adequar a legislação aos tempos da internet. Ao menos sete projetos já tramitaram no Congresso Nacional nos últimos anos.

No dia 15 de maio, na esteira do caso Carolina Dieckmann, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que tipifica os crimes na internet e os acrescenta ao Código Penal. A matéria, apresentada no ano passado, estipula detenção de três meses a um ano e multa para quem "devassar dispositivo informático alheio".

O projeto de lei prevê aumento da pena em caso de alguns agravantes, como eventual prejuízo econômico decorrente da invasão ou se a vítima for algum dirigente máximo dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nas esferas federal, estadual e municipal - como o presidente da República ou o presidente da Câmara dos Deputados. A matéria agora tem que ser aprovada no Senado.

O advogado Nilton Martos, que atua na área de Direito de informática e internet em Curitiba, comentou que há urgência para a inclusão dos crimes cibernéticos no Código Penal, já que a ausência de tipificação abre brecha para a impunidade. "Não há como processar um cidadão se o crime não está tipificado. Não tem como processar por analogia. O que se tem feito é pegar por aproximação um outro tipo penal. Mas, para efeito penal, isso não é admissível", explicou.

# FOLHA DE LONDRINA

## STF 'fura' 20 MAI 2012

# prazos do mensalão

Após sete anos parado, processo começará a ser julgado somente em agosto, com o período eleitoral a todo vapor

**Brasília** - Mantido nas prateleiras e gabinetes do Supremo Tribunal Federal (STF) há quase sete anos, o processo do mensalão "furou" todos os prazos estimados pelos ministros da Corte e, agora, produzirá um efeito que muitos queriam evitar: a combinação de seu julgamento com eleição.

A agenda do julgamento depende do ministro Ricardo Lewandowski, revisor do processo. Somente quando ele terminar seu voto, a ação estará pronta para ser julgada. O ministro revelou que começou a escrever seu voto nos últimos dias e que pretende concluir o trabalho até o fim de junho, o que permitirá o julgamento somente a partir de agosto, com o período eleitoral já a todo vapor. A propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV começa em 21 de agosto.

Reservadamente, ministros fizeram cronogramas próprios para saber quando e por quanto tempo o processo seria julgado. Mas em todos eles o prazo para julgamento no primeiro semestre praticamente se esgotou.

Pelos cálculos do relator da ação, ministro Joaquim Barbosa, haveria tempo suficiente para concluí-lo no primeiro semestre se o ministro Lewandowski liberasse seu voto até a semana passada, o que não ocorreu.

O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, queria marcar o julgamento para o início de junho. Mas o plano encontrou resistências. Joaquim Barbosa, por exemplo, avisou que está de passagem comprada para o início de julho. O ministro Marco Aurélio, que enfatiza que o mensalão é um processo como outro qualquer, também tem compromissos oficiais em julho.

### Organização

Os ministros devem começar a definir, em sessão administrativa, as datas das sessões e a organização do julgamento. Ayres Britto cogitou fazer sessões diárias e seguidas para julgar o processo. Isso agilizaria o julgamento e permitiria que em algumas semanas estivesse concluído. Internamente, ministros afirmaram que não seria possível suspender as sessões de turmas, marcadas para as terças-feiras.

Ayres Britto, então, sugeriu levar as sessões de turma para segunda-feira. Assim, o plenário teria terça, quarta e quinta-feira para julgar o mensalão. Os ministros teriam a sexta-feira para tocar outros processos. A proposta também encontrou resistências.

Cumulativamente, o presidente do Supremo também havia informalmente proposto fazer sessões durante o dia inteiro. Novamente os ministros contestaram o cronograma.

Joaquim Barbosa afirmou não ter condições físicas para suportar sessões duplas diariamente. E que depois de um julgamento pesado os ministros ficam cansados e não suportariam isso todo dia. As sessões ocorreriam então apenas em dois dias da semana - quarta e quinta-feira.

Apesar das discordâncias, Ayres Britto vai submeter aos demais ministros a organização do julgamento em sessão administrativa na próxima terça-feira.

### CLÁUDIO HUMBERTO

*"Este ano ainda julgaremos"*

Ricardo Lewandowski (STF), sobre o processo do mensalão do qual é o ministro-revisor



## 'Bruzundanga, 20 de maio de 2012'

Prezado Lima Barreto, há tempo eu queria enviar notícias daqui de Bruzundanga, esse admirável país que o senhor ajudou a eternizar na literatura brasileira. Poucas mudanças ocorreram por essas bandas. Aqui ainda existe muita corrupção, componente quase que impregnado em nossa cultura. Nossos jornais já pouco publicam os cadernos de política. Temas políticos foram transformados em manchetes policiais. Na grande maioria, as questões políticas são objetos de investigação policial e não de analistas políticos.

A língua há muito deixou de contemplar alguns termos. Ética e moral, por exemplo, inexistem nos dicionários daqui. Dizem que esses conceitos são abstrações filosóficas irrelevantes para a vida social. Quando muito são conceitos estudados na Academia, mas de nenhuma relevância para a sociedade.

A geografia, porém, é belíssima. Há no planalto central uma enorme cachoeira que é ponto de visitação, inclusive, de políticos. Dias desses uma lancha com um senador e vários políticos despencou nessa cachoeira. Uma verdadeira tragédia. A lancha era do Ministério da Pesca, e dizem os mais entendidos, que a mesma estava sem manutenção há mais

de um ano. Os eminentes políticos não morreram, mas estão em coma irreversível. O coitado do senador foi encontrado no meio da lama. Aliás, essa cachoeira deságua na região central do país, onde fica o poder da República. Vez ou outra, em tempos de vazante cheia, a capital fica completamente alagada. Quando baixam as águas é visível muito lodo. Nas últimas cheias, a lama alcançou os Três Poderes da República. Isso atrapalha muito o funcionamento administrativo do país. O povo ajuda na limpeza, mas leva em média quatro anos para poder tirar todo o lixo que fica incrustado. Quando os meios de comunicação entram em cena, a limpeza parece caminhar mais rápida.

Mais ao sul do país há uma cidade de médio porte muito pujante pelo empreendedorismo do seu povo. Mas, infelizmente, convive há tempo

com maus políticos que volta e meia dão expediente na cadeia. De prefeito a vereadores, comenta-se que em época de eleição resta votar naqueles que estão soltos. Por essas e outras é que Bruzundanga continua com instituições fragilizadas e uma democracia anêmica.

A culinária é outro ponto alto. Dizem que os italianos apreciam pizza, mas nunca vi produzir tanta pizza como aqui. E o povo consome em demasia. O Congresso Nacional está, inclusive, oferecendo um curso de pizzaiolo. É muito interessante, porque ao final do curso, que é intensivo e tem duração de mais ou menos 180 dias, são distribuídas pizzas para todo o povo. O Judiciário flerta com a possibilidade de ofertar curso semelhante. Aliás, o Judiciário daqui vem perdendo a confiança da população, pois sempre vazam casos de tribunais com sérios desvios de condutas.

**Aqui ainda existe muita corrupção, componente quase que impregnado em nossa cultura. Nossos jornais já pouco publicam os cadernos de política**

A nossa prática religiosa é outro diferencial importante. O povo é muito devoto e privilegia líderes espirituais que fazem milagres. Há, inclusive, empresas religiosas especializadas nesse segmento. Resolvem tudo, de mal olhado a urucubaca. Aqui o povo ainda convive com muita urucubaca e sua irmã siamesa: a maracutaia. O business religioso cobra caro pelos serviços oferecidos e, por isso, tem sido um nicho de

mercado que prospera e lucra bastante. Contribui, além disso, o fato de os templos-empresas não pagarem tributos ao governo e o que se vê são muitos empresários da fé comprando fazendas, redes de rádio e de televisão. É muito bacana vê-los na mídia, são bem instruídos e o povo aprende muito com eles.

Na verdade, senhor Lima Barreto, estou com a intenção de conhecer o Brasil. Ambicioso logo mais, havendo oportunidade, viajar para o seu país. Só espero que o Brasil não seja mais uma de suas criações, mera ficção de sua encantadora literatura. Cordiais saudações.

**CLODOMIRO JOSÉ BANNWART JÚNIOR**  
é professor de Ética e Filosofia Política na  
Universidade Estadual de Londrina

21 MAI 2012

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça condena ex-secretários de Belinati

# Ex-secretários de Belinati são condenados

Valores desviados  
corrigidos hoje  
passam de  
R\$ 900 mil

Réus respondem por  
improbidade administrativa na  
ação que apurou desvio de  
dinheiro na gestão do ex-prefeito

O desvio de R\$ 316 mil (mais de R\$ 900 mil em valores corrigidos) da Prefeitura de Londrina através de quatro licitações na modalidade carta-convite para serviços de publicidade feitas em 1998, quando era prefeito Antonio Belinati (PP), resultaram na condenação por improbidade administrativa dos ex-secretários Agajan Der Bedrossian (Saúde), José Righi de Oliveira (Obras/Pavilon) e Wilson Mandelli (Governo). Também foram condenados na ação o publicitário Waurides Brevilheri, dono da Metrópole Propaganda, e o jornalista Carlos Arruda. Cabe recurso. Belinati foi prefeito entre 1997 e junho de 2000, quando teve o mandato cassado pela Câmara. Ele estava em seu terceiro mandato.

A sentença foi proferida no último dia 3 pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira. A ação é uma de mais de uma centena de ações civis públicas e criminais ajuizadas pelo Ministério Público de Londrina envolvendo desvios na administração

do ex-prefeito. O escândalo ficou conhecido como caso AMA/Comurb, já que muitas licitações foram fraudadas na então Autarquia Municipal do Ambiente (atual Sema) e Companhia de Urbanização (hoje CMTU) para desviar recursos para campanhas eleitorais.

Conforme a sentença judicial, "salta aos olhos a fraude arquitetada pelos réus". A Metrópole venceu as quatro licitações - três na Secretaria de Saúde, no valor de R\$ 237 mil, e uma no Pavilon, de R\$ 79 mil, em valores da época. A documentação de outras duas participantes foi fraudada, inclusive com falsificação de assinaturas.

Waurides Brevilheri confirmou que efetivamente não prestou o serviço para o qual fora contratado, mas "o pagamento seria em quitação de dívidas com publicidades anteriores e não em relação aos serviços licitados". A confissão do publicitário é corroborada pela data do pagamento, que ocorreu um dia antes da homologação das licitações.

O advogado de Waurides, Ronaldo Neves, sustentou esta versão. "Apresentei no processo a relação de veículos de comunicação que receberam os recursos por serviços anteriormente feitos, mas não pagos pelo município", disse Neves. O juiz desconsiderou tal argumento. "Limitaram-se a listar diversas empresas e profissionais de mídia, porém, inexistiu qualquer prova dos repasses."

Neves também defende Mandelli. "Ele exercia um cargo que não tinha poder decisório e, por isso, não pode ser responsabilizado." Na sentença, o magistrado destaca que foi o ex-secretário quem autorizou as licitações e que testemunhas relataram ter sido ele a instruir para atestar o recebimento do serviço (que não tinha sido executado). Ronaldo Neves adiantou que irá recorrer ao Tribunal de Justiça em favor de seus clientes.

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

21 MAI 2012

Os advogados e outros réus não foram localizados, embora a reportagem tenha deixado recado para a maior parte deles. Agajan, que neste governo foi secretário de Saúde de Barbosa Neto (PDT), não atendeu ao celular e tampouco o telefone que consta como sendo de sua residência. Em sua defesa, ele alegou que assinou solicitação de abertura de licitação, contrato com a Metrópole e cheques de pagamento, mas que não sabia da fraude.

Para o juiz, "fica difícil dar crédito" à versão de Agajan. "É evidente que no exercício do cargo de superintendente da Secretaria de Saúde linha ele ao menos noção de que o órgão não realizara e nem precisaria realizar qualquer atividade publicitária", escreveu o juiz, citando diversos depoimentos que comprovariam o envolvimento de Agajan.

Tese semelhante foi adotada por Righi, de que não conhecia a ilicitude do procedimento, mas também foi rechaçada na sentença. Quanto ao jornalista José Carlos Arruda, o magistrado entendeu que ele "teve ampla e decisiva participação na fraude e na consumação dos atos de improbidade", embora, em sua defesa, o jornalista tenha dito que não sabia das fraudes ao assinar o pedido de licitação. À época ele estava lotado na Sercomtel, mas trabalhava como assessor de comunicação da

Prefeitura. O dono da Metrópole disse que foi Arruda a "convidá-lo para simular as cartas-convites". Outros réus também atribuíram a Arruda responsabilidade pelas fraudes.

José Carlos Arruda foi procurado pela reportagem e preferiu consultar seu advogado, Roberto Severo, antes de dar entrevista sobre o assunto. "Conversei com ele e ainda não temos informações sobre a decisão. Vamos aguardar a intimação", explicou.

A todos os réus, o juiz aplicou pena de ressarcimento aos cofres públicos, multa civil, proibição de contratar com o poder público e suspensão dos direitos políticos.

## **Ministério Público vai recorrer**

A promotora de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, Leila Voltarelli, disse que o Ministério Público deve recorrer da decisão que absolveu Antonio Belinati. "Nós estamos recorrendo de todas as ações que envolvem a exclusão do ex-prefeito", afirmou. "Entendemos que embora não tenha assinado diretamente (licitações fraudulentas) ele tinha o poder de mando e todas essas determinações partiram dele. Existia uma sequência de repasse de recursos que era impossível ser feita sem que houvesse participação dele." Segundo Leila, em alguns casos específicos Belinati não foi incluído como réu "porque não havia como fazer a imputação".

A promotora lembrou que nenhum processo contra Belinati foi concluído até agora. "Nenhuma ação transitou em julgado, que é quando não há mais possibilidade de recurso", explicou, lembrando que há recursos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) tramitando há cerca de quatro anos.

Porém, a maior preocupação do Ministério Público é quanto aos cerca de 20 processos criminais contra os envolvidos no caso AMA/Comurb. "Já há cerca de 10 casos de prescrição. Todos os crimes de formação de quadrilha, fraude à licitação e falsidade de documentos já prescreveram. Subsistem alguns peculatos, cujo tempo de prescrição é de 16 anos", comentou, acrescentando que muitas ações penais sequer foram recebidas pelo Judiciário, data em que começa a contar a prescrição.

Além disso, há a prescrição pela idade, prevista no Código Penal. "Quando os réus completam 70 anos, o prazo de prescrição cai pela metade." O ex-presidente da Comurb, Kakunen Kyozen, já foi beneficiado pela idade, uma vez que atingiu os 70 anos. Antonio Belinati completará esta idade em outubro de 2013 e também deverá ser beneficiado pela prescrição.

# FOLHA DE LONDRINA

## 21 MAI 2012

### Ex-prefeito é absolvido no caso dos 'marmitex'

Seis réus foram condenados pelo desvio de R\$ 15 mil (não corrigidos) dos cofres da Prefeitura de Londrina referentes à compra de 6 mil refeições, que seriam destinadas - conforme o procedimento licitatório feito em 1999 - para operários da extinta Autarquia Municipal do Ambiente (AMA), mas, na verdade, segundo concluiu a Justiça, seria um pagamento ao restaurante que forneceu marmittas para cabos eleitorais de candidatos ligados ao ex-prefeito Antonio Belinati.

A sentença, assinada pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, é do último dia 10 de maio e isenta o ex-prefeito. "Não discuto que, pela ordem natural das coisas, fortes são as suspeitas de que o réu Antonio Belinati, como prefeito municipal, esteve por trás de toda a essa engrenagem cinzosa que desagiu na aquisição simulada de 6000 marmittas, com o desvio de R\$ 15 mil", mas, "entendo não haver provas suficientes da autoria ou participação", escreveu o juiz.

O advogado do ex-prefeito Belinati, Antônio Vianna, ressaltou que essa é a terceira ação do caso AMA/Comurb que ele é absolvido. "O entendimento dos promotores é que, como ele era prefeito na época, a responsabilidade das possíveis irregularidades das empresas da administração direta é indireta é dele, mas a Justiça tem entendido de outra forma. Por isso ele foi absolvido da terceira ação", defendeu.

Os réus condenados foram Eduardo Alonso de Oliveira, ex-diretor da antiga Comurb e réu confessado no escândalo; os ex-diretores da AMA, Nelson Kohatsu e Mauro Maggi, três funcionários da autarquia (Elizabeth Catillo, Moisés de Oliveira e Edson Alves da Cruz), o espólio de Rosa Macagnan (já falecida) e o restaurante dela - o bar do Grêmio Literário, que forneceu as refeições aos cabos eleitorais. O funcionário municipal Roberto Okamura foi inocentado porque embora tenha assinado a contabilidade da AMA, não trabalhava na autarquia na época dos fatos, em março de 1999. Como pena, o juiz determinou o ressarcimento dos cofres públicos, mas pede recurso.

Kohatsu e Maggi admittiram a fraude. O primeiro afirmou que "o valor pago a Rosa Macagnan onde consta marmittas, na verdade, foram pagamentos de lanches e refrigerantes na última campanha eleitoral". Maggi disse que "quanto ao restaurante do Grêmio, este sim foi de maneira irregular".

Nenhum dos advogados dos ex-diretores da AMA quis comentar o assunto. O defensor de Kohatsu, João Tavares Filho, alegou que ainda não tinha conhecimento da ação. "Não costumo falar sobre ações de clientes. De qualquer forma, vou recorrer quando tiver conhecimento", explicou. Já o advogado de Maggi, Abelardo de Macedo, afirmou que não ia se manifestar até ser intimado.

O advogado de Eduardo Alonso, Elias Mattar Assad, também alegou não ter conhecimento da sentença. "Mas sendo decisão em primeira instância, vou certamente interpor recurso ao TJ". A advogada do espólio da falecida Rosa Macagnan, Desiree Lobo Muniz, foi procurada mas preferiu ter conhecimento da ação antes de se manifestar sobre o assunto. Os advogados dos outros réus não foram localizados.

# FOLHA DE LONDRINA

## Juiz suspende concurso em Bela Vista do Paraíso

21 MAI 2012

O juiz Julio Farah Neto, da Comarca de Primeiro de Maio, suspendeu o concurso público para a Câmara Municipal de Bela Vista do Paraíso (Norte) que seria realizado ontem. Ele concedeu liminar em ação movida por Bruno Bernardino Salomão. O concurso, que está sendo organizado pela Fundação de Apoio à Universidade Estadual de Londrina (Fauel), oferece 17 vagas.

Segundo o advogado do autor da ação, Dionísio Fábio Dalçin Mata, apesar de a liminar ter sido expedida na sexta-feira, o presidente da Câmara, Júlio Cesar Mollani, não deu publicidade à decisão o que teria gerado confusão ontem no local da prova.

De acordo com o site da Fauel, 376 candidatos estão inscritos no processo. Eles disputam cargos de advogado, assessor técnico, serviços gerais, escriturário, oficial de administração, técnico de contabilidade e vigilante. Os salários chegam a R\$ 2.550.

Um dos argumentos sustentados pelo autor da ação é que a dispensa de licitação para contratar a Fauel não se justifica. Outra suposta irregularidade apontada por ele é que o prazo de 41 dias entre a publicação do edital e a realização da prova é menor do que o exigido pela legislação: 45 dias.

"A decisão mais prudente a tomar no intuito de resguardarem-se os interesses públicos e dos particulares inscritos no concurso é pela suspensão da realização das provas até que se aclarem as circunstâncias", escreveu o juiz.

A FOLHA não conseguiu localizar o presidente da Câmara de Bela Vista, nem representantes da Fauel.

# O ESTADO DE S. PAULO

## ROQUE MESQUITA 19 MAI 2012

# A oportunidade diante de nós

**A**celerar o trabalho do Judiciário sem perda de qualidade é a meta a que se propôs todo o corpo da Justiça, envolvendo magistrados, escreventes e os demais funcionários lotados nas estruturas dos Tribunais de Justiça espalhados por todo o Brasil. O principal beneficiário desse esforço conjunto de todos os servidores da Justiça, indiferentemente à sua posição no organograma, é o cidadão, que merece atendimento de qualidade e no tempo adequado ao século em que vivemos.

Rapidez e qualidade devem andar de mãos dadas, a bem da justiça. E em São Paulo estamos diante de uma oportunidade de ouro para dar um grande salto nesse sentido.

Verdade seja dita: desde a chegada do desembargador Ivan Sartori à presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), em matéria de qualidade o relógio tem corrido apressado e com precisão, recuperando tempo perdido e buscando acertar cada vez mais em suas decisões. Mas voltamos ao tempo presente e a essa oportunidade que surgiu de modernizar o nosso Judiciário. Com a aprovação pela Assembleia Legislativa da criação de 2.199 vagas de assistente judiciário para atender aos tribunais de primeira instância criou-se um problema, que pode ser transformado em solução, beneficiando o conjunto da sociedade. Vamos examiná-lo atentamente.

A medida aprovada pelos deputados estaduais e sancionada pelo governador Geraldo Alckmin é excelente e soluciona um problema antigo ao dar suporte mais que merecido aos juízes de primeiro grau, ação bastante aplaudida pela Associação Paulista de Magistrados (Apa-

### Medida aprovada em São Paulo pode tornar o Judiciário do Estado mais moderno e eficiente

magis) como representante de todos os juízes. Para quem não conhece a Justiça por dentro é bom saber que as condições atuais de trabalho desses magistrados impressiona.

Nas mãos de cada um desses juízes estão mais de 9 mil processos, que ganharão o suporte do assistente judiciário, um funcionário de confiança do magistrado que estuda cada processo que entra, pesquisa a jurisprudência correspondente e produz um relatório dando seu parecer sobre o caminho que poderá seguir a ação. O juiz, de posse desse trabalho, lê o relatório e a partir da reunião das informações contidas nos autos e da sugestão do parecer do assistente jurídico toma sua decisão, formulando a sentença final.

Em resumo, o assistente judiciário dinamiza o andamento da Justiça, em benefício da sociedade. Funciona assim com os desembargadores, funcionará assim com os juízes de primeira instância. Seria um passo importante para reduzir o tempo de espera do cidadão pela resposta da Justiça à sua demanda. Seria, talvez não seja. Porque é aí também que surge o problema.

A lei sancionada pelo governador determina que os 2.199 cargos sejam preenchidos exclusivamente por escreventes já concursados, o que reduziria os custos de contratação, porque eles receberão uma comissão a mais pelo novo trabalho. É lícito ima-

ginar que, dada a importância da tarefa, os juízes de primeiro grau escolherão os melhores e mais experientes escreventes de suas equipes, desfalcando os cartórios em;

2.199 profissionais. Cumpre lembrar que, mesmo que fosse adotado o critério que rege esse tipo de contratação na segunda instância - bacharel à escolha livre do desembargador -, a seleção dos juízes obedeceria a critérios técnicos rigorosos, porque não se trata de um cargo de prestígio político, e sim de muito trabalho duro. De qualquer forma, o efeito colateral imediato do desfalque

de pessoal nos cartórios será a queda da produtividade nessas repartições por falta de pessoal qualificado, e - examinando a estatística do TJSP - sem a menor esperança de melhorar.

Em 2010 deram entrada 4,6 milhões de novos casos em primeira instância, ante 3,9 milhões de processos no ano anterior. Isso representa um acréscimo de 700 mil casos. Em resumo, como se diz na Praça da Sé, será um cobertor de pobre, cobrindo a cabeça e descobrindo o pé. Resfriado na certa.

A solução em que muitos pensam de imediato passa pela realização de uma nova rodada de concurso - que custa dinheiro organizar - e pela nomeação de mais 2.199 escreventes para as vagas abertas. Um inchaço na estrutura do Estado, que muitos se podem perguntar se é compatível com o São Paulo que queremos no século 21.

### CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

19 MAI 2012

Porém, onde alguns enxergam crise, outros vislumbram oportunidade, no caso específico, a de tornar o aparelho judiciário de São Paulo mais moderno e mais eficiente. Curiosamente, é justamente na falta de mais de 2 mil escreventes que reside a chance para o governo do Estado fazer do Judiciário paulista uma referência de modernidade para todo o País.

A solução passa pela informatização dos Fóruns. Há alguns anos isso poderia soar como teoria ou ficção. Mas uma volta pelo Fórum de São Luís do Paraitinga - um dos poucos digitais do nosso Estado - prova que o Judiciário vive bem com a tecnologia do século 21. Todo o andamento dos processos no cartório e no gabinete do juiz está mais ágil, o acesso à informação ficou mais preciso e, com isso, a estrutura se tornou mais enxuta e o tempo de resposta à justa demanda do cidadão também se reduziu. E o número de escreventes caiu pela metade, mas ninguém perdeu o emprego: as pessoas foram remanejadas para outras funções dentro do próprio Judiciário. Em outras palavras, ganhou-se eficiência.

No mundo atual o tempo tornou-se um bem muito precioso e o Judiciário precisa adaptar-se à expectativa da sociedade. Temos de ter a infraestrutura necessária para corresponder à expectativa do cidadão que vem à Justiça em busca do seu direito. A oportunidade está diante de nós e o governo do Estado de São Paulo pode ser, mais uma vez, o protagonista de um grande avanço e, como no passado, ballzar o caminho dos demais Estados da União. Basta apertar o botão certo.

19 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO Justiça dá 72 h para governo de SP comprar marca-passo

Aparelho importado será implantado no abdome de um menino de 1 ano que mora no hospital e só respira com aparelhos.

A Justiça de São Paulo determinou que o governo do Estado compre, em 72 horas, que já solicitou a compra de um marca-passo diafragmático para ser implantado no menino Adley Gabriel Gomes Sales, de 1 ano e 2 meses, que "mora" no Hospital Beneficência Portuguesa desde que nasceu. O prazo começa a contar a partir do primeiro dia útil após a publicação e vence quarta-feira.

O menino tem síndrome de Ondine, que o impede de respirar sozinho. A doença impede que o diafragma receba o estímulo para fazer os movimentos de inspirar e expirar e o marca-passo cumpre essa função.

A decisão determina que o Estado compre um marca-passo específico - importado - e estabelece multa de R\$ 1 mil por dia em caso de descumprimento.

A juíza Paula Micheletto Cometti ainda determinou que a cirurgia deverá ser feita pela equipe do médico Rodrigo Sardenberg, que já tem experiência nesse tipo de procedimento. A pedido do governo, entretanto, a juíza concordou que a cirurgia poderá ser feita em um hospital do SUS que tenha as condições técnicas necessárias - em vez de ser feita no Hospital Albert Einstein, conforme queria a família.

Na decisão, a juíza esclarece que a alteração do hospital causa menos impacto aos cofres públicos, já que os gastos com o marca-passo, mais a cirurgia no Einstein e mais os honorários médicos estavam estimados em cerca de R\$ 500 mil. Só o marca-passo custa cerca de R\$ 300 mil.

Essa decisão é a resposta da Justiça a um recurso do governo, que recorreu de uma liminar concedida em abril, determinando que o Estado pagasse a cirurgia.



**Alívio.** O menino Adley, de 1 ano e 2 meses: vitória na Justiça

O Estado propôs que o procedimento fosse feito por uma equipe do Incor, que está testando um marca-passo parecido, mas a juíza não concordou.

Segundo Diogo Amaral, advogado da família, se o aparelho precisar ser importado, ele deve chegar ao País em até 45 dias. Amaral informou ainda que na segunda-feira a equipe médica que acompanha o menino deve avaliar a estrutura dos hospitais públicos indicados pelo Estado.

"A decisão é uma vitória porque põe um ponto final em qualquer tipo de discussão técnica sobre o assunto. A cirurgia vai ser feita com a equipe especializada e com o aparelho indicado para garantir a segurança do menino. É o que importa", diz Amaral.

A Secretaria de Estado da Saúde informou, por meio de nota, que ainda não foi notificada da decisão. Diz que antes da decisão já havia feito um mapeamento na rede SUS e proposto alternativas para a cirurgia.

### Outro menino obteve aparelho

O menino Pedro Arthur Diniz, de 8 anos, foi a primeira criança brasileira a receber um marca-passo no diafragma para dispensar o tubo de oxigênio que o mantém respirando artificialmente e também se ver livre da traqueostomia.

O garoto teve meningite bacteriana quando tinha pouco mais de 1 ano porque não tinha tomado a vacina contra a doença - os pais não sabiam da existência da vacina, que ainda não fazia parte do calendário da rede pública. Como seqüela da doença, ele ficou tetraplégico e perdeu a capacidade de respirar sozinho.

Depois de anos preso a um respirador artificial, o menino foi operado em fevereiro deste ano no Hospital Albert Einstein. Os custos do procedimento (cerca de R\$ 500 mil) foram pagos pelo governo de Minas Gerais, também por determinação judicial.



# O ESTADO DE S. PAULO

Celeuma na toga

## 19 MAI 2012

# MORCEGOS PARALISAM FÓRUM DE SANTA QUITÉRIA

Mamíferos se instalam em forro e remoção, por R\$ 114 mil, vira polêmica



**Suspeita.** Fórum da cidade do MA: contrato para desalojar mamíferos gerou polêmica

**M**orcegos alojados no forro da Justiça de Santa Quitéria do Maranhão, a 410 quilômetros de São Luís, dão calafrios na toga. Por ordem judicial, o fórum da cidade de 29 mil habitantes está interditado e uma empresa foi contratada para remover a colônia de mamíferos orelhudos que se refugiaram no teto do prédio.

Mas a providência de enfrentamento à morcegada provocou celeuma, uma vez que o Tribunal de Justiça do Estado não abriu licitação, pelo alegado caráter emergencial, e fechou o negócio por um preço e tanto: R\$ 113.761,17, conforme nota de empenho 2012NE00141.

Dizem pela corte, data vênua, que ainda que fosse o Batman e toda a sua família não sairia tão onerosa a missão.

O valor global do contrato para recuperação do prédio, segundo o processo administrativo 11285/12, vai a R\$ 597,4 mil. O pagamento, em uma só parcela, foi autorizado pelo

TJ, sob presidência do desembargador Antonio Guerreiro.

Os recursos são do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário, constituído basicamente de custas judiciais e 12% das taxas extrajudiciais recolhidas. Guerreiro comunicou ontem, por sua assessoria, que ordenou prontamente a revogação do contrato, assim que informado do montante – mandou dizer que desconhecia os valores, “até porque não é engenheiro, é jurista” e confia na boa-fé das informações que lhe chegam.

O magistrado disse que o desembolso não foi realizado e anunciou duas medidas: exige relatório sobre o valor de cada item da obra e quer processo de concorrência em obediência aos preceitos da Lei 8666/93.

Os morcegos de Santa Quitéria, causa do desconforto forense, são bichos acinzentados, cabem na palma da mão e, afora traços medonhos e a cara de mau, fazem uma sujeira danada.

Mas não há indícios, para alento geral, de que os intrusos espreitam o sangue da magistratura ou que nela poderão introdu-

zir a raiva. Esses que invadiram o telhado não são da família dos hematófagos – são frugívoros, apreciam mangas, bananas, golabas e também frutos selvagens, nada além disso, até prova em contrário.

“Eu não estou nem entendendo porque agora estamos novamente com esse quadro de morcegos, há dois anos fizemos dedetização e a troca do forro, que era de madeira e estava em situação deplorável”, conta a juíza Conceição Privado do Rego, titular da Comarca de Brejo que acumula funções em Santa Quitéria. “Eles (os morcegos) entram pela lateral e pelo telhado. As brechas foram vedadas com cimento, mas não adiantou.”

“Da mesma maneira que é crime matar urubu, é crime matar morcegos porque eles são predadores naturais de besouros”, argumenta Rui Barbosa, diretor de Engenharia do TJ. Ele não admite suspeita sobre a lisura da estratégia para expulsar os morcegos. “Aqui tudo é transparente e honesto.”

19 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Ministro diz que julga mensalão este ano

Para Lewandowski, revisor do processo no Supremo, essa é a expectativa da sociedade

**Evandro Fadel** / CURITIBA

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), revisor da ação penal sobre o mensalão, garantiu ontem, em Curitiba (PR), que o processo será julgado ainda este ano. "Este ano ainda julgaremos. A expectativa é não só dos ministros, mas da sociedade e também minha", acentou.

Para que isso ocorra, Lewandowski declarou que tem trabalhado "intensamente". "A equipe de meu gabinete está praticamente toda dedicada a isso", reforçou. "Quanto mais cedo puder julgar é melhor. Estamos trabalhando para ser o mais rápido possível."

O ministro ponderou, no entanto, que tem muitos outros trabalhos além do processo do mensalão, e que trabalha às noites e fins de semana. "No meu gabinete há o processo que envolve a CPI do Cachoeira, tem muita coisa para fazer", afirmou, durante o Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral.

Mais tarde, a ministra Cármen

Lúcia, que também participou do evento, disse que está pronta para o julgamento. "Da minha parte, estarei habilitada a votar na hora em que ele for colocado em pauta", garantiu. "Nós somos servidores e queremos dar respostas o mais rápido possível." Ela reforçou que está "estudando há algum tempo" o processo, assim como seus colegas.

No entanto, disse que não tinha como prever uma data, visto que dependeria do relator, ministro Joaquim Barbosa, que já o entregou ao revisor, Ricardo Lewandowski, e, finalmente, do

presidente do STF, ministro Ayres Britto, colocar em pauta.

Segundo Cármen Lúcia, a demora deve-se ao fato de que não é comum ações penais serem apreciadas no STF, além do que há 38 réus e mais de 600 testemunhas. "É um processo longo", ponderou. "Se fosse (julgado) em primeira instância, o juiz talvez não tivesse todo o aparato necessário para chegar a esse julgamento."

**Ficha limpa.** Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a ministra disse que esta será a primeira eleição com a Lei da Ficha Limpa em sua integralidade. "Todo o rigor será aplicado no sentido de que a lei seja cumprida", afirmou. "A lei tem eficácia jurídica e social, pois teve iniciativa dos cidadãos que esperam que ela seja cumprida."

No entanto, ela acredita que o cidadão tem se mostrado mais atento. "Sabe que não é só votar, mas ter ciência de quem é o candidato", disse.

Cármen Lúcia manifestou apreensão em relação ao número de juízes que trabalharão nas eleições de outubro. Ela disse que, no curso de um ano, já foram enviadas 27 listas de juízes efetivos e substitutos para a Presidência da República. Ela destacou que recentemente voltou a encaminhar as listas demonstrando sua preocupação. "Acredito que a presidente vai atender", reforçou a ministra.

### Expectativa

**RICARDO LEWANDOWSKI**

MINISTRO DO STF

"Este ano ainda julgaremos (o mensalão).

A expectativa é não só dos ministros, mas da sociedade e também minha"



19 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Enriquecimento ilícito

**A** Comissão de Reforma do Código Penal do Senado comunicou que concluirá seu trabalho em duas ou três semanas, dentro do prazo estabelecido em 2011. Encarregada de modernizar o Código Penal de 1940, editado pela ditadura varguista, a Comissão aumentou as punições para determinados delitos e expandiu o rol de crimes tipificados pela legislação.

Entre os novos tipos de delito, um dos mais polêmicos é o que classifica como crime o enriquecimento incompatível com a renda declarada por políticos, magistrados e demais servidores públicos. Pela proposta da Comissão, os agentes públicos com "patrimônio a descoberto" poderão ser punidos com pena de cinco anos de prisão e perda dos bens obtidos de forma ilícita. Se o agente público transferir a posse de bens e valores a terceiros, para camuflar a acumulação ilegal de riqueza, a pena pode ser aumentada em até dois terços.

Apesar de o Código Penal conter vários dispositivos contra a corrupção na administração pública, os membros da Comissão alegam que eles não são suficientes. Como a máquina governamental aumentou e se diversificou, o crime de enriquecimento ilegal no serviço público exigiria uma tipificação mais abrangente do que a prevista pela legislação em vigor, diz o presidente da comissão, ministro Gilson Dipp. "É um momento histórico na luta contra a corrupção no Brasil. Criminalizamos a

conduta do funcionário público que enriquece sem que se saiba como, que entra pobre e sai rico. Agora temos um tipo penal esperando por ele", afirma o relator da comissão, Luis Carlos Gonçalves.

Pela tipificação proposta, bastará aos órgãos de investigação provar que um político, magistrado ou servidor público acumulou patrimônio ou usufrul de bens incompatíveis com a renda declarada, ou seja, que ele não poderia adquirir apenas com essa renda. Para Dipp, ao propor a criminalização do patrimônio "a descoberto" do servidor público a Comissão está ajustando

---

### A proposta de reforma do Código Penal sairá no prazo previsto, mas já recebe críticas

---

a legislação penal brasileira às convenções de combate à corrupção e lavagem de dinheiro aprovadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A proposta tem sido apoiada por integrantes do Ministério Público e da Controladoria-Geral da União. O problema é que, ao não exigir provas do crime que permitiu a obtenção de valores e bens incompatíveis com a renda, essa proposta passa por cima de direitos e garantias individuais. Ela colide com o princípio constitucional da presunção da inocência, segundo o qual todos são inocentes até prova em contrário. E, ao deter-

minar que caberá ao servidor demonstrar a origem legal de seus bens, ela também inverte o ônus da prova.

"O tipo penal proposto visa facilitar a punição diante da incapacidade do Estado de produzir provas efetivas sobre o suposto ilícito que produziu o patrimônio", diz o ex-secretário de Reforma do Poder Judiciário Pierpaolo Bottini. "Se começarmos a tipificar tudo como crime, estaremos sujeitos a arguições de inconstitucionalidade", afirma o criminalista Nabor Bulhões, depois de lembrar que a proposta da comissão vai na contramão de medidas adotadas por países desenvolvidos para coibir a corrupção na administração pública.

Na realidade, a inovação proposta pela comissão é redundante. Editada em 1993, a Lei n.º 8.730 obriga os servidores públicos a fornecerem cópias de suas declarações de bens, no momento da posse. E, para coibir o enriquecimento sem explicação, existe a Lei de Improbidade Administrativa, que pune quem "adquirir, para si ou outrem, no exercício do mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público".

Ninguém discute a necessidade de se modernizar o Código Penal de 1940. Mas a Comissão do Senado tem de tomar cuidado para evitar a substituição de dispositivos arcaicos por outros que, justificados em nome da moralidade, se sobrepõem a leis já existentes e colidem com as liberdades públicas.

19 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### Trilim de R\$ 6 bi

Quase dez anos depois de sucessivos julgamentos no mesmo sentido, o STJ vem sinalizando com a possibilidade de mudança de entendimento. Onde? Em processos nos quais se discute a incidência de ICMS em serviços intermediários de telecomunicação.

Caso mude, o resultado será um passivo de mais de R\$ 6 bilhões para as empresas – e consequente aumento de tarifas da telefonia celular para o consumidor.

### Trilim 2

A última sessão foi interrompida, por um pedido de vista, no fim de abril. E o julgamento está programado para ser retomado na quarta-feira.

Ministro aposentado da Corte tem a sensação de que o Tribunal está agindo como “banana boat”: atirando os contribuintes para um lado e para o outro, sem transmiti-lhes segurança jurídica.

20 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

# STF 'fura' prazos

# para votar mensalão

Ministros previam julgamento do caso para o primeiro semestre, mas o ministro Lewandowski, revisor do processo, deve entregar seu voto no fim de junho

Mantido nas prateleiras e gabinetes do Supremo Tribunal Federal (STF) há quase sete anos, o processo do mensalão "furou" todos os prazos estimados pelos ministros da Corte e, agora, produzirá um efeito que muitos queriam evitar: a combinação de seu julgamento com eleição.

A agenda do julgamento depende do ministro Ricardo Lewandowski, revisor do processo. Somente quando ele terminar o voto, a ação estará pronta para ser julgada. O ministro começou nessa semana a escrever seu voto com a ajuda de dez assessores. Concluirá o trabalho em meados de junho, como adiantou o *Estado*, o que permitirá o julgamento em agosto, às vésperas do início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV - no dia 21 de agosto.

Reservadamente, ministros fizeram cronogramas próprios para saber quando e por quanto tempo o processo seria julgado. Em todos os cálculos, as chances de julgamento no primeiro semestre se esgotou. Pelos cálculos do relator da ação, ministro Joaquim Barbosa, haveria tempo suficiente para conclusão no primeiro semestre se Lewandowski liberasse seu voto até a semana passada, o que não ocorreu.

O presidente do STF, Carlos Ayres Britto, queria marcar o julgamento para o início de junho. As sessões se estenderiam pela até julho. Mas o plano encontrou resistências. Joaquim Barbosa, por exemplo, avisou que está de passagem comprada para o início de julho. O ministro Marco Aurélio, que enfatiza que o

mensalão é um processo como outro qualquer, também tem compromissos oficiais em julho.

**Organização.** Os ministros devem começar a definir, em sessão administrativa, as datas e a organização do julgamento. Ayres Britto cogitou fazer sessões diárias e seguidas para julgar o processo. Isso agilizaria o julgamento e viabilizaria a participação do ministro Cezar Peluso, que se aposenta até o final de agosto. Ministros afirmaram não ser possível suspender as sessões de turmas, que ocorrem às terças-feiras.

Ayres Britto, então, sugeriu levar as sessões de turma para segunda-feira. Assim, o plenário teria terça, quarta e quinta-feira para julgar o mensalão. Os ministros teriam a sexta-feira para tocar outros processos. Novas resistências.

Cumulativamente, Britto também cogitou fazer sessões durante o dia inteiro. Novamente os ministros contestaram o cronograma. Joaquim Barbosa afirmou não ter condições físicas para suportar essa rotina. E que depois de um julgamento pesado os ministros ficam cansados e não suportariam isso todo dia. As sessões ocorreriam então apenas em dois dias da semana - quarta e quinta-feira.

Apesar das discordâncias, Ayres Britto vai submeter aos demais ministros a organização do julgamento em sessão administrativa nesta terça-feira.

## Caso chegou ao Supremo em 2005

O caso do mensalão chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) em julho de 2005 e é considerado um dos processos mais complexos que já passaram pela Corte, com mais de 50 mil páginas relatando o maior escândalo do governo Lula. Em 2007, o Supremo aceitou a denúncia contra os 40 réus propostos pelo Ministério Público Federal. Posteriormente, esse número caiu para 38, pois foram excluídos do inquérito o ex-secretário do PT Silvío Pereira, que fez um acordo com o Ministério Público, e o deputado José Jannene, que morreu.

Ao longo dos anos, um sem-número de recursos movidos pelos diversos réus foram postergando o julgamento. Foi somente em dezembro de 2011 que o ministro Joaquim Barbosa concluiu o relatório do caso. O texto ficou com 122 páginas e foi encaminhado para a revisão do ministro Ricardo Lewandowski. A entrega do voto de Lewandowski é o último passo para o julgamento começar. Já se passaram quase sete anos.

## 'Juiz que começa a agir como justiceiro nega a Justiça'

Defensor do deputado Valdemar Costa Neto no caso do mensalão, Bessa diz que não há provas contra o seu cliente

Advogado do deputado Valdemar Costa Neto (PR-SP) no mensalão, Marcelo Bessa diz que a pressão da opinião pública e as eleições não interferem no julgamento no Supremo Tribunal Federal. E que o tribunal não atuará como justiceiro. "O STF, como guardião da Constituição, sabe que a essência da Justiça é a criminal. O juiz criminal que inova tipo, faz analogia, estende tipo penal e começa a agir como justiceiro nega a Justiça." Além de negar a existência de provas, reafirma a tese de que houve só crime eleitoral e que o MP inventou a existência de dinheiro público no mensalão apenas para atingir o ex-ministro José Dirceu.

● **A pressão da opinião pública interfere no julgamento no STF?**  
Como advogado acredito na isenção e imparcialidade do Supremo. Se não acreditasse, teria de largar a minha carreira.

● **A proximidade das eleições municipais não cria um clima diferente para o julgamento?**  
É irrelevante o julgamento ser antes das eleições. Estou preparado e isso não afeta em nada.

● **No julgamento de Fernando Collor, o STF foi tido como formalista por dizer que não havia ato de ofício que comprovasse as acusações de corrupção. Collor não foi condenado. O STF pode flexibilizar esse entendimento?**  
No julgamento penal não é possível dar saltos evolutivos,

com a modificação da legislação. O STF entende que é preciso demonstrar a prática de ato de ofício para que haja a corrupção. O MP não provou ato de ofício nenhum no caso do mensalão.

● **A depender das penas alguns crimes podem estar prescritos. Se o STF elevar a pena, isso não acontece. Isso o preocupa?**

Não conheço como padrão de fixação de pena o cálculo da possibilidade de prescrição. O STF não vai cometer casuísmos para aumentar, reduzir pena, adaptar determinada circunstância para nebulizar um fato natural.

● **O fato de este ser apontado como um dos maiores esquemas de corrupção sensibilizará o STF?**

O STF, guardião da Constituição, sabe que a essência da Justiça é a criminal. O juiz criminal que inova tipo, faz analogia, estende tipo penal e começa a agir como justiceiro nega a Justiça.

● **O MP afirma que há provas suficientes contra seu cliente.**

Não existem. E as poucas produzidas pelo MP são convergentes com a tese da defesa.

● **O MP acusa seu cliente de ter participado desse esquema montado de desvio de dinheiro público para pagamento dos partidos.**  
A denúncia não imputa isso ao meu cliente. Como é mal escrita, fica parecendo que todas as personagens do enredo têm alguma relação. Não têm. São várias histórias paralelas contadas numa única peça processual. Com relação ao Valdemar Costa Neto a acusação é tão somente de ele ter se associado com quatro pessoas para praticar crimes contra

a administração pública, no caso o crime de corrupção passiva, ao mesmo tempo com lavagem de dinheiro. Houve ilícito eleitoral.

● **O MP afirma ter havido desvio de dinheiro público para obter apoio dos partidos.**

O MP precisava pôr uma história qualquer que misturasse dinheiro e votação para pegar a figura central, o José Dirceu. Não teria coerência colocá-lo na denúncia se não houvesse acusação de uso de dinheiro público para obter apoio político. Uma história tão falsa que o MP não conseguiu produzir provas em 5 anos.

20 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO OAB leva morte de JK para Comissão da Verdade

Ex-presidente morreu de acidente de carro, diz versão oficial;

processo de 2.629 páginas será enviado a colegiado que analisará casos da ditadura

A recém-instalada Comissão da Verdade vai ter de se debruçar sobre diversos casos ainda nebulosos, mas deverá analisar também um processo há muito considerado encerrado. A seção mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MG) quer uma nova investigação sobre a morte de Juscelino Kubitschek e, para isso, enviará nos próximos dias à comissão os documentos do caso.

JK morreu aos 73 anos, em agosto de 1976. Segundo a versão oficial, ele foi vítima de um acidente na Via Dutra, em Resende (RJ), depois de o motorista Geraldo Ribeiro perder o controle do Opala no qual transportava o ex-presidente e bater em um caminhão na pista contrária. Na ocasião, a culpa caiu sobre Josias Nunes de Oliveira, motorista de um ônibus da Viação Cometa que teria feito Geraldo perder o controle do carro. Geraldo foi absolvido em dois julgamentos e, para familiares e amigos, o mistério permanece.

Agora, a OAB-MG quer que o caso seja devidamente esclarecido. O Estado teve acesso às 2.629 páginas que compõem o processo com a investigação da morte e que serão encaminhadas à Comissão da Verdade. Essas páginas que estão diversos "furos" dos responsáveis pelas investigações, segundo o advogado William Santos, da comissão de direitos humanos da OAB-MG. "Queremos que seja tudo refeito. Vamos mandar o processo e outras peças para mostrar a farsa."

Entre as peças estará um depoimento do secretário particular e amigo de JK, Serafim Jardim, de 76 anos. Ele recebeu o Estado em seu escritório em Belo Horizonte e, logo de início, também classificou a investigação do acidente como uma "farsa total".

Depois de 20 anos de luta, Jardim conseguiu, em 1996, que o caso fosse reaberto, mas a nova investigação chegou à mesma conclusão da apuração original.

**Fragmento de metal.** Porém, um laudo feito a partir da exumação do corpo de Geraldo no Cemitério da Saudade, em Belo Horizonte, revelou um fragmento de metal "de forma cilindro-cônica, medindo sete milímetros de comprimento e diâmetro médio de dois centímetros" no crânio do motorista. A exumação foi feita no Instituto Médico Legal (IML) da capital mineira, mas a Polícia Civil descartou a possibilidade de o fragmento ser de um projétil. "Disseram que era prego de calção", comentou Jardim.

A OAB afirma ainda que os responsáveis pelas investigações colheram o depoimento de apenas nove passageiros do ônibus - e nenhum deles confirmou a versão da colisão com o Opala -, sendo que havia 33 pessoas no veículo além do motorista. As fotos dos corpos do presidente e do motorista também desapareceram da documentação, diz a entidade. "Esse processo é uma incoerência do início ao fim", avalia Santos. Ele lembra que um eventual crime que tenha ocorrido já está prescrito desde 1996, mas salienta que o caso precisa ser esclarecido. Jardim diz que deposita na comissão a esperança de "corrigir a história". Os delegados responsáveis pelas investigações não foram localizados.

Serafim Jardim, autor do livro sobre a morte de JK

## 'Investigação é uma farsa total'

Amigo de JK, Serafim Jardim, hoje com 76 anos, diz que a investigação sobre a morte do ex-presidente "é uma farsa total".

● **Havia motivo para matar JK? O ex-presidente mantinha contatos políticos ou de alguma forma trabalhava para voltar ao poder?**

O Juscelino era um democrata. Estava tranquilo e sossegado. Agora, claro, incomodado com a ditadura. Queria ver voltar novamente a democracia. E já havia alguns da área militar que queriam conversar com ele. Esses da linha-dura tinham medo de ele voltar. Acredito que quem preparou a morte foi esse pessoal.

● **Que avaliação o senhor faz da investigação?**

É uma farsa total. Peguei o (advogado) Paulo Castelo Branco e o perito Alberto Carlos de Minas e fomos para Resende. Pedimos vista do processo e aí vimos que era uma farsa. Só a Resende fui cinco vezes, mas foi tudo arquivado.

● **Por que o empenho em reabrir a apuração sobre o acidente?**

Não estou partindo para revanchismo. Estou tentando mostrar que, para mim, o presidente foi morto. Eu quero simplesmente a verdade. A democracia tem que mostrar quem colaborou para a morte de Juscelino.

20 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Seca a CPI do Cachoeira

Sem, talvez, o grosseiro erro de concordância da mensagem do deputado petista por São Paulo Cândido Vaccarezza ao governador fluminense Sérgio Cabral, pode-se apostar que um certo número de integrantes da CPI do Cachoeira poderia tranquilizar nos mesmos termos qualquer figura da política ou dos negócios ameaçado de se tornar alvo do inquérito parlamentar das duas Casas do Congresso sobre as relações do bicheiro Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com agentes públicos e privados. Em plena sessão do colegiado, na quinta-feira, um cinegrafista flagrou o inadvertido ex-líder do governo na Câmara escrevendo ao peemedebista Cabral no celular: "A relação com o PMDB vai azedar na CPI. Mas não se preocupe, você é nosso e nós somos teu (*sic*)".

A convicção de que Vaccarezza está longe de deter, entre os seus pares, o monopólio da proteção a possíveis protagonistas da trama da qual Cachoeira é o pivô ganhou força com as decisões tomadas naquela mesma sessão pelo relator da investigação, deputado Odair Cunha, do PT de Minas Gerais – com o apoio tácito ou explícito de setores da oposição –, secando a CPI. Como se temia, ele blindou os governadores de Goiás, o tucano Marconi Perillo; o do Distrito Federal, o petista Agnelo Queiroz; e o do Rio, o já citado Cabral, contra tentativas de apurar o envolvimento deles, ou com Cachoeira, ou com o dono da construtora Delta, Fernando Cavendish, de cuja empresa o contraventor seria "sócio oculto", no dizer do Ministério Público. Foram igualmente poupados de convocação para depor ou da quebra dos seus sigilos o empresário, a empreiteira sediada no Rio e três deputados da turma de Cachoeira.

Para que não se dissesse que melhor faria a CPI se, para todos os efeitos, desse os trâmites por findos, o relator aprovou 51 convocações e 40 quebras de sigilo fiscal, bancário e telefônico. Os visados são familiares, operadores e cupinchas do batoteiro; o ex-diretor da Delta no Centro-Oeste, Cláudio Abreu, preso em 25 de abril; as filiais da companhia em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal; o tesoureiro da campanha de Perillo e porta-voz do seu governo, Jayme Rincon; e o ex-chefe de gabinete de Agnelo Queiroz, Cláudio Monteiro. Quanto aos dois outros governadores, acertaram-se os partidos que são "teu" como diria Vaccarezza. Em vez de Cavendish, um ex-preposto. Em vez da Delta matriz, as suas distantes filiais. "Falta de indícios", a mentirosa justificativa que raros membros da CPI rejeitaram. Citem-se, por justiça, os senadores Pedro Taques, do PDT de Mato Grosso, e Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá.

Contrariamente ao que o dono da Delta quis fazer crer, os nexos da cúpula da empresa com o bicheiro foram constatados em pelo menos 22 telefonemas interceptados pela Polícia Federal. E o nome de Cavendish aparece em conversas de Cachoeira com o senador Demóstenes Torres, enredado em negócios com as duas pontas da linha. Sem investigar o empreiteiro, que certa vez proclamou que, "se botar 30 milhões na mão de um político", seria convidado "pra coisa pra ...", aí sim não se chegará aos eventuais malfeitos do governador do Estado onde a Delta, em cinco anos da gestão Cabral, fechou contratos no valor de R\$ 1,49 bilhão. O que é notório é a proximidade entre ambos, incluindo cenas de esbórnica explícita em Paris. À falta de provas objetivas, sobrevive a palavra de Cabral de que não mistura governo e amizades, não obstante o prestimoso Vaccarezza ter achado necessário acalmá-lo com a lembrança de que ele é "nosso".

Por fim, sem investigar a Delta, aí sim não se chegará às eventuais trafecências que poderiam ter sido providenciais para torná-la a maior executora do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Desde 2003, nenhuma firma de nenhum ramo recebe tanto do governo federal. Só no ano passado, ela faturou R\$ 862,4 milhões por obras em 20 Estados. As irregularidades descobertas nos respectivos contratos montam a R\$ 632 milhões. A Delta está para ser considerada "inidônea" pela Controladoria-Geral da União. Em 2010, doou R\$ 2,3 milhões, divididos praticamente ao meio, ao PT e ao PMDB.



O ESTADO DE S. PAULO

Juíza é 21 MAI 2012

ameaçada

de morte

em Embu

Para Barbara Almeida, motivo pode ser sentença para desocupar área ambiental

A juíza Barbara Carola Cardoso de Almeida, titular da 2.ª Vara de Embu das Artes, na Grande São Paulo, afirma ter recebido ameaça de morte por ter determinado a desocupação imediata de uma Área de Proteção Ambiental (APA) ocupada atualmente por 8 mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). A sentença, do dia 2 deste mês, ainda impõe multa diária de R\$ 50 mil ao grupo, em caso de descumprimento.

Apesar da decisão judicial, 3.162 barracos continuam a ocupar o terreno, formado por 433,8 mil m<sup>2</sup> de vegetação nativa. Famílias da área conhecida como Pinheirinho, na região sul de São José dos Campos, que foi reintegrada em janeiro com apoio da Polícia Militar, da Favela do Moimho, na região central de São Paulo, e de outros bairros da capital vivem por lá.

O terreno pertence à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), que planeja erguer no local casas para 1,2 mil famílias. Mas há um empecilho. Em 2006, a Justiça determinou que nada poderia ser construído ao lado da mata, acelerando ação de ambientalistas.

**Mata Atlântica.** Cinco anos depois, a juíza diz basear-se na legislação ambiental para pedir a desocupação. Em sua decisão, clas-

sifica a invasão como um "crime ambiental" que prejudica a Mata de Santa Tereza, constituída de resquícios de Mata Atlântica. E cita o MTST como movimento "espúrio e ilegal", que desenvolve "atividade de guerrilha". A magistrada ainda relaciona a invasão a interesses políticos, ao dizer que "tais movimentos ocorrem com frequência endêmica nos anos em que serão realizadas eleições".

A posição causou polêmica na cidade. Na internet, integrantes dos movimentos sociais dizem que a juíza tenta intimidar o grupo ao criminalizar a invasão e sugerem que a magistrada age de forma "parcial". A prefeitura, que diz ser favorável à luta digna por moradia, também se mostra contrária à postura da Justiça.

Para a juíza, a repercussão a respeito da sentença motivou as ameaças. Segundo ela, uma promotora, uma advogada e um ambientalista também são alvo.

**Manifesto.** Colegas da magistrada saíram em defesa da juíza. "Lamentamos profundamente que, no exercício de sua atividade legítima, a colega tenha sido coagida por simplesmente cumprir o dever que exerce desde que ingressou na Magistratura", diz o manifesto assinado pelos juízes Gustavo Saualta Romero Fernandes, Maria Priscilla Ernandes Oliveira e Daniela Nudelman Guiguet Leal. "Se a sentença não agradou a todos, é porque não é tarefa do magistrado se preocupar em

agradar, mas em buscar o justo."

Em nota, a prefeitura de Embu das Artes afirmou repudiar qualquer ameaça a servidores públicos e se disse solidarizar-se com a juíza. Procurado, o MTST não quis pronunciar-se sobre as declarações da juíza.

## CNJ tem lista de ameaçados

Casos de ameaças a juízes não são raros no País. Mas poucos acabam em morte, como ocorreu com a juíza Patrícia Acioli, em agosto do ano passado em Niterói (RJ). Considerada "linha dura", ela ajudou a condenar mais de 70 policiais bandidos nos 12 anos em que atuou em São Gonçalo. Jurada de morte por também investigar a participação de PMs em grupos de extermínio da região, ela foi morta com 21 tiros na porta de casa.

Segundo lista divulgada no fim de agosto, 134 juízes correm risco de vida por causa de ameaças. Na relação anterior, eram cem magistrados, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Barbara Carola Cardoso de Almeida, juíza da 2ª Vara de Embu das Artes

## 'É claro que fiquei preocupada. Mas isso não vai influenciar o meu trabalho'

Magistrada, que já foi ameaçada outras vezes, diz que cidadão depende de uma Justiça forte, 'senão vira Velho Oeste'

Há 18 anos no cargo, a juíza Barbara Carola Cardoso de Almeida enfrenta sua terceira ameaça de morte. Confessa ter ficado preocupada, mas garante que não mudará sua postura. Para ela, o cidadão precisa de uma Justiça forte, que não ceda a interesses diante de ameaças.

● **Como foi a ameaça?** Foi ameaça de morte mesmo, a ponto de eu precisar de escolta policial. Tivemos de levar a sério, infelizmente.

● **De onde pode ter partido?** Fica difícil acusar alguém. Tudo indica que tenha a ver com a sentença (que determinou saída imediata de área ambiental em Embu das Artes). Um inquérito está sendo aberto. Fiz boletim de ocorrência, até porque não só eu fui ameaçada. A advogada autora da ação e o líder dos ambientalistas também foram.

● **Como foi?** Via Copom (Centro de Operações da Polícia Militar). A PM recebeu a denúncia, por meio de telefonema anônimo. Informavam que havia essa ameaça de morte contra mim. Houve recomendação da corporação para que houvesse uma segurança um pouco mais reforçada. Moro na cidade. O juiz fica um pouco exposto.

● **Já tinha sido ameaçada antes?** Já, umas duas vezes. Mas foram coisas espaçadas. Estou aqui há 18 anos. A gente lida muitas vezes com processos do crime organizado. Há muitos anos, a ameaça foi por um processo criminal. Eram assaltantes de banco. Foi velada, comentários de que 'matariam a juíza'. Mas não cheguei a precisar de escolta.

● **Como é a escolta?**

No começo, eram viaturas normais da polícia. Mas até já dispensei, porque estão apurando o caso. Seja lá quem fez a ameaça já deve saber que a gente sabe. Olha o transtorno que isso causa: ter de deslocar um efetivo da Polícia Militar para fazer sua segurança. É complicado, cerceia sua vida.

● **A ameaça desta vez chegou a intimidar?** Não chegou a intimidar, mas é claro que fiquei preocupada. A gente não sabe se realmente vão fazer alguma coisa ou não. Mas isso não vai influenciar o meu trabalho. Não vou deixar de decidir 'x' ou 'y' por isso. Foi esse o intuito do manifesto (em apoio à juíza), dizer que o juiz tem de ter independência para julgar, não deve favor a ninguém, não precisa ceder a interesse de ninguém. Caso contrário, acaba o estado democrático de direito. O cidadão depende de uma Justiça forte, senão vira Velho Oeste.

# O ESTADO DE S. PAULO

## STJ manda antiga rede indenizar família

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão de segunda instância que condenou a antiga rede de supermercados Poes Mendonça a indenizar os três filhos de uma cliente, vítima de assalto no estacionamento do estabelecimento em 1995.

21 MAI 2012

A mulher morreu na frente da filha de 6 anos de idade, ao reagir a uma tentativa de estupro.

No dia 29 de julho daquele ano, por volta das 19 horas, a cliente e a filha entraram no estacionamento. Quando saíram do carro, foram abordadas por um homem armado. Ele mandou mãe e filha entrarem no veículo, sentou no banco traseiro e obrigou a mulher a dirigir até o Morumbi, na zona sul, onde ocorreu o crime.

A Justiça condenou o supermercado a pagar pensão mensal aos três filhos da vítima, além de indenização por danos morais.

**Tristeza.** Segundo a advogada da família da vítima, Zilda Angela Ramos Costa, ainda não foi calculado o valor da indenização.

A menina de 6 anos que estava com a mãe dentro do veículo hoje mora com a família em Recife e tem 22 anos.

"Eu fiquei sabendo da decisão, mas são os meus irmãos que estão cuidando do caso. Na época, foi tudo muito triste", declarou a jovem.

21 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Mutirão cobra do STF julgamento do mensalão

Manifestações ocorreram ontem em várias cidades brasileiras para recolher assinaturas pelo início da análise do processo no Supremo

O mutirão para recolher assinaturas pelo julgamento do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF) mobilizou manifestantes em várias cidades brasileiras ontem. Segundo um dos fundadores do Movimento 31 de Julho, o engenheiro e empresário Marcelo Medeiros, cerca de 15 mil assinaturas foram coletadas em pelo menos nove cidades do País, sendo sete capitais.

No Rio, o 31 de Julho se reuniu em frente ao Posto 9, na Praia de Ipanema, e, de acordo com Medeiros, foram recolhidas no local cerca de 1.200 assinaturas. "Gostaria que fossem 1 milhão. Teria um peso maior. Mas não desapontou. A repercussão mostra que foi um ato de cidadania muito forte." Até a tarde de ontem, 19.323 pessoas tinham aderido à petição colocada na internet.

O grupo criticou o ex-ministro petista José Dirceu e cobrou do governador Sérgio Cabral (PMDB) explicações sobre "quem pagou a farra parisiense", em referência à viagem de Cabral à capital francesa e sobre o que chamaram de "irmandade" do governador com o empresário Fernando Cavendish - dono da Delta, suspeita de envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira.

Em São Paulo, a coleta, encabeçada pelo movimento Revoltados ON LINE, mobilizou cinco ativistas em busca de assinaturas na Avenida Paulista. Os organizadores pretendiam colher as firmas no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp), mas decidiram percorrer a avenida porque no local funcionava uma feira de antiguidades.

Segundo Marcello Rios, integrante do movimento, das 9h30 às 11h30, tempo que durou a coleta, 1.373 pessoas firmaram o documento que pede celeridade no julgamento do mensalão. Os organizadores esperavam colher 500 assinaturas. "A mobilização superou as expectativas. Não teve nenhuma pessoa que recusou. Falou de julgar o mensalão, todo mundo quer assinar o papel", contou Rios.

O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ GOLDEMBERG 21 MAI 2012

## Cotas raciais – quem ganha, quem perde?

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu recentemente, por unanimidade, que a introdução de cotas raciais no acesso às universidades públicas federais não viola a Constituição da República, seguindo a linha adotada nos Estados Unidos há algumas décadas de introduzir “ações afirmativas” para corrigir injustiças feitas no passado. A decisão flexibiliza a ideia básica de que todos são iguais perante a lei, um dos grandes objetivos da Revolução Francesa.

Ela se origina na visão de que é preciso aceitar a “responsabilidade histórica” dos malefícios causados pela escravidão e compensar, em parte, as vítimas e seus descendentes. A mesma ideia permeia negociações entre países, entre ex-colônias e as nações industrializadas, na área comercial e até nas negociações sobre o clima.

Sucedem que, de modo geral, “compensar” povos ou grupos sociais por violências, discriminações e até crimes cometidos no passado raramente ocorreu ao longo da História. Um bom exemplo é o verdadeiro “holocausto” resultante da destruição dos Impérios Inca e Asteca, na América Latina, ou até da destruição de Cartago pelos romanos, que nunca foram objeto de compensações. Se o fossem, a Espanha deveria estar compensando até hoje o que Hernán Cortez fez ao conquistar o México e destruir o Império Asteca.

É perfeitamente aceitável e desejável que grupos discriminados, excluídos ou perseguidos devam ser objeto de tratamento especial pelos setores mais privilegiados da sociedade e do próprio Estado, por meio de assistência social, educação, saúde e

**O problema urgente das universidades é melhorar de nível, e não corrigir as injustiças do passado**

criação de oportunidades. Contudo, simplificar a gravidade dos problemas econômicos e sociais que afligem parte da população brasileira, sobretudo os descendentes de escravos, estabelecendo cotas raciais para acesso às universidades públicas do País, parece-nos injustificado e contraproduzitivo, porque revela uma falta de compreensão completa do papel que essas instituições de ensino representam.

Universidades públicas e gratuitas atendem apenas a um terço dos estudantes que fazem curso superior no Brasil, que é uma rota importantíssima para a progressão social e o sucesso profissional. As demais universidades são pagas, o que prejudica a parte mais pobre da população estudantil. Essa é uma distorção evidente do sistema universitário do País. Mas o custo do ensino superior é tão elevado que apenas países ricos como a França, a Suécia ou a Alemanha podem oferecer ensino superior gratuito para todos. Não é o nosso caso. Essa é a razão por que existem vestibulares nas universidades públicas, onde a seleção era feita exclusivamente pelo mérito até recentemente.

A decisão recente do Supremo Tribunal Federal deixa de reconhecer o mérito como único critério para admissão em universidades públicas. E abre caminho para a adoção de outras cotas, além das raciais, talvez, no futuro.

Acontece que o sistema universitário tem sérios problemas de qualidade e desempenho, como bem o demonstra o resultado dos exames da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – garantia da qualidade dos profissionais dessa área –, que reprova sistematicamente a maioria dos que se submetem a ele, o mesmo ocorrendo com os exames na área médica.

Órgãos do governo como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, ou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, têm feito esforços para melhorar o desempenho das universidades brasileiras por meio de complexos processos de avaliação, que têm ajudado, mas não se mostraram suficientes.

Esses são mecanismos externos às universidades. Na grande maioria delas, os esforços internos são precários em razão da falta de critérios e de empenho do Ministério da Educação, que escolhe os reitores, alguns dos quais, como os da Universidade de Brasília, iniciaram o processo de criação de cotas raciais como se esse fosse o principal problema das universidades e do ensino superior no Brasil.

O populismo que domina muitas dessas universidades, há décadas, é a principal razão do baixo desempenho das universidades brasileiras na classificação mundial. Somente a Universidade de São Paulo (USP) conseguiu colocar-se entre as melhores 50 nesse ranking.

O problema urgente das universidades brasileiras é, portanto, melhorar de nível, e não resolver problemas de discriminação racial ou corrigir “responsabilidades históricas”, que só poderão ser solucionadas por meio do progresso econômico e educacional básico.

**CONTINUA**

21 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

O governo federal parece ter tomado consciência desse problema ao lançar o programa Ciência sem Fronteiras, que se propõe a enviar ao exterior, anualmente, milhares de estudantes universitários, imitando o que o Japão fez no século 19 ou a China no século 20 e foi a base da modernização e do rápido progresso desses países.

Dal o desapontamento com a decisão da Suprema Corte não só por ter sido unânime, mas também por não ter sido objeto de uma tomada de posição de muitos intelectuais formadores de opinião, exceto notáveis exceções, como Eunice R. Durham, Simon Schwartzman, Demétrio Magnoli e poucos outros que se manifestaram sobre a inconveniência da decisão.

O único aspecto positivo na decisão do Supremo Tribunal Federal foi o de que simplesmente aceitou a constitucionalidade das cotas raciais, cabendo aos reitores, em cada universidade, adotá-las e implementá-las.

Há aqui uma oportunidade para que os professores mais esclarecidos assumam a liderança e se esforcem para manter elevado o nível de suas universidades sem descuidar de tornar o acesso pelo mérito mais democrático, e sem a adoção de cotas raciais, como algumas universidades estaduais de São Paulo estão fazendo.

●  
PROFESSOR EMÉRITO DA USP  
FOI MINISTRO DA EDUCAÇÃO

19 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

» MENSALÃO DE LONDRINA

# Ex-diretor da Sercomtel está foragido da Justiça

Até o início da noite de ontem, o Gaeco ainda não havia localizado Alysson de Carvalho, que teve o habeas corpus revogado pelo TJ

### LONDRINA

Daniel Costa,  
do Jornal de Londrina

Uma semana depois de deixar a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL) II, o ex-diretor de participações da Sercomtel Alysson de Carvalho passou a ser considerado foragido da Justiça. Na tarde de ontem, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina realizou buscas para tentar prender Carvalho, depois que o Tribunal de Justiça (TJ) revogou o habeas corpus concedido a ele.

Carvalho foi indiciado por formação de quadrilha pelo Gaeco no inquérito que investigou a denúncia de suborno na Câmara de Vereadores de Londrina. Na mesma ação criminal,

também foram indiciados o ex-presidente da Sercomtel, Roberto Coutinho; o ex-servidor público Ludovico Bonato; o ex-secretário de Governo Marco Cito; o chefe de gabinete do prefeito, Rogério Ortega; e o vereador Eloir Valença (PHS). Bonato, Cito e Ortega continuam presos na PEL II.

Carvalho foi preso em 1.º de maio e conseguiu um habeas corpus no dia 11, depois de ficar internado durante uma semana no Hospital do Coração. Na última quinta, ele foi exonerado do cargo da Sercomtel.

No despacho que restaurou a prisão preventiva do ex-diretor da Sercomtel, a juíza substituta Lillian Romero afirmou que "há indícios de autoria contra os indiciados de delitos gravíssimos de formação de quadrilha ou bando e corrupção ativa, sendo necessária a custódia cautelar dos indiciados."

A magistrada ressaltou ainda que a liberdade de Carvalho representa um risco para a "instrução criminal (seja cooptando testemunhas, seja desviando provas a que tem acesso) seja para a ordem pública (diante dos indícios de que os fatos investigados não eram isolados, e sim reiterados)".

### Operação

A operação para prender Carvalho novamente foi comandada pelo delegado do Gaeco, Alan Flore. Ele esteve no prédio onde mora o ex-diretor, mas não o encontrou. Policiais também realizaram buscas no apartamento da mãe de Carvalho, que fica no mesmo edifício, com o objetivo de apreender documentos. "Como ele [Carvalho] não foi localizado, passou a ser considerado um foragido e deve ser preso assim que for encontrado", afirmou.

Para o coordenador do Gaeco, promotor Cláudio Esteves, a revogação do habeas corpus foi importante, porque "há perigo de que ele volte a cometer infrações". "Desde o início das investigações afirmamos a importância da necessidade de todos os indiciados permanecerem presos, sob o risco de que atrapalhem as investigações", disse.

### Outro lado

Esteves afirmou que nenhum advogado de Carvalho entrou em contato com o Gaeco. A reportagem ligou várias vezes para o advogado Maurício Carneiro, um defensor do ex-diretor, mas ele não atendeu às ligações.

## Mensalão pode ficar para o segundo semestre

Em Curitiba, Lewandowski diz estar trabalhando "intensamente" no caso. Mas ele ressaltou que também está ocupado com processo contra Cachoëira

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski disse ontem em Curitiba que o julgamento do caso do mensalão deve ser feito ainda este ano, mas não necessariamente neste semestre. "Porque teria de ser neste semestre? Nós não podemos julgar açodadamente, mas este ano com segurança este processo será julgado", garantiu. A declaração contraria a expectativa dos ministros de iniciar o julgamento ainda neste semestre. Apesar disso, Lewandowski disse estar trabalhando "intensamente" para concluir seu voto, última peça que falta para iniciar o julgamento.

O ministro destacou que o processo penal é "imenso", com 38 réus e mais de 60 mil páginas. "É um trabalho complexo, que tem de ser feito com muita seriedade". Ele recebeu o processo do relator, ministro Joaquim Barbosa, em dezembro do ano

passado. Lewandowski lembrou também que está ocupado com "muitas questões" além do processo do mensalão, como a relatoria do processo da CPMI que investiga o bicheiro Carlinhos Cachoeira.

Lewandowski deixou a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em abril. Ele poderia permanecer no cargo até maio de 2013, mas preferiu abrir mão. Mesmo sem fazer referência ao motivo, informações de bastidores indicam que a decisão foi devido à necessidade de se dedicar ao processo do mensalão. "Nós estamos trabalhando intensamente nesse processo. A equipe do meu gabinete está praticamente toda dedicada a isso", disse. Caso fique para o segundo semestre, o julgamento coincidirá com as eleições municipais.

### Pressa legítima

A ministra do STF Cármen Lúcia Antunes Rocha também se manifestou ontem sobre a votação do mensalão. Ela disse considerar legítima a pressa da sociedade para que esse tema seja votado em breve, mas que acha natural que um processo dessa magnitude demore a ir a julgamento.

"Os processos têm um período de amadurecimento, já que é preciso analisar provas, garantir direito à defesa, etc. Para quem olha de fora, fica essa impressão [de que a tramitação é morosa], mas o ministro Joaquim [Barbosa] tra-

balhou enormemente", afirma. Ela destaca que o número de réus, testemunhas e peças processuais apresentadas é alto, o que atrasa a tramitação do caso.

A ministra disse acreditar que o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, deve colocar o processo em votação assim que Lewandowski se sintá apto a fazer seu voto. Ela afirmou ainda que estaria habilitada a votar assim que o processo fosse colocado na pauta de julgamento.

### Cidadão honorário

Os ministros estiveram ontem em Curitiba participando do III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral. Lewandowski recebeu o título de cidadão honorário do estado do Paraná, concedido pela Assembleia Legislativa, e agradeceu em nome da Justiça Eleitoral. "Comprometo-me a fazer tudo o que estiver ao meu alcance para honrar esse título que acabo de receber", disse o ministro.



## ELEIÇÕES 2012

### Cármem Lúcia garante que Ficha Limpa será cumprida integralmente

Em Curitiba para participar do III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármem Lúcia Antunes Rocha, reafirmou que a lei da Ficha Limpa será cumprida integral e rigorosamente nas eleições de 2012. "A lei está posta, ela tem eficácia jurídica e social. Foi o povo que teve a iniciativa da lei e os cidadãos esperam que ela seja cumprida integralmente", declarou a ministra. Ela elogiou, também, o processo de recadastramento biométrico realizado em Curitiba no ano passado. "A minha expectativa é que Curitiba dê um banho de democracia biométrica neste ano!", brincou.

Nesta semana, durante a marcha dos prefeitos, o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Zulkoski, mencionou que cerca de três mil prefeitos de todo o país poderiam se tornar inelegíveis pela lei da Ficha Limpa, já que os municípios não conseguem atender as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. A ministra respondeu que não tem essa conta e que a função do TSE é julgar o que está posto na lei.

Cármem Lúcia considera também que o Judiciário está preparado para julgar as ações com base na Ficha Limpa e que a fiscalização deve ser feita pelo Ministério Público (MP), pelos partidos e pelos cidadãos. "Nós agimos acionados. A sociedade, o MP e os partidos políticos é que vão trazer ao Judiciário os candidatos que eles acham que devem ser sujeitos à impugnação. E o Judiciário está preparado para atender essa demanda", afirma. (CM)

# GAZETA DO POVO

## 19 MAI 2012

### Conversa em Curitiba

Henrique Neves da Silva, ministro do TSE, esteve em Curitiba para participar do III Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral. Ele falou sobre o uso do Twitter nas eleições.

#### O senhor disse durante sua palestra que não existe uma proibição específica para a campanha no Twitter.

Não há uma proibição das pessoas utilizarem o Twitter. O candidato, inclusive, pode utilizar o seu twitter pessoal a partir do dia 7 de julho. Aconteceu, até agora, um caso de um pré-candidato pedir votos pelo Twitter. O que é proibido. Não para este candidato, mas para todos. Ah, não importa se ele fez no Twitter, em um anúncio no jornal, ou um carro de som.

#### Mas o que o senhor pensa sobre a possibilidade de restringir o uso do Twitter no período eleitoral?

Ao meu ver, não existe como proibir o debate político, que é a base da democracia. A democracia se faz através de debates. O que o eleitoral faz em sua rede social, fala também para seus amigos.



## NOTA POLÍTICA

### Um gentleman

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Valdir Rossoni (PSDB), disse que a Casa está pronta para divulgar na Internet o salário de todos os seus funcionários, do mesmo modo como fará o governo federal. Ele disse, porém, que val aguardar que os outros poderes do estado publiquem a remuneração dos servidores para aí sim divulgar os dados da Assembleia. "Não queremos ser deselegantes. Isso criaria um constrangimento", justificou.

# Defesa quer adiar depoimento de Cachoeira na CPMI

Advogados do bicheiro entraram com pedido no STF alegando que não tiveram tempo para analisar todos os documentos secretos

Das agências

Os advogados de Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, querem adiar novamente o depoimento do bicheiro à CPI mista marcado para a próxima terça-feira, dia 22. A defesa entrou com um novo pedido junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) para manter a liminar concedida pelo ministro Celso de Mello garantindo ao contraventor goiano o direito de não depor na CPMI. O argumento é de que os advogados não tiveram tempo suficiente para analisar todos os documentos, que estão disponíveis na sala da comissão.

Ontem, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ), que integra a CPMI, esteve na sala onde estão os arquivos secretos das operações Vegas e Monte Carlo da Polícia Federal que resultaram na prisão do bicheiro. Ao sair, acusou os advogados de Cachoeira de manobrar para inviabilizar os trabalhos da comissão.

"Ficou muito claro que não é o uso adequado do exercício

## TORPEDO

**Petistas pedem saída de Vaccarezza da comissão após mensagem a Cabral**

A mensagem do deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP) enviada ao governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), tranquilizando-o quanto à blindagem do PT a ele na CPI do Cachoeira, provocou uma crise no partido. Nos bastidores, a irritação é tanta que há petistas pedindo a saída de Vaccarezza da comissão. O líder do PT na Câmara, Jilmar Tatto (SP), afirmou ontem não ver motivos para a substituição do deputado. "Foi mais uma prestação de serviço [de Vaccarezza] para se credenciar junto ao governador porque, do ponto de vista prático, não tem utilidade nenhuma", disse. O líder petista afirmou

o direito de defesa. É uma protelação, é um mecanismo para esfriar a CPMI, para inviabilizar a comissão parlamentar de inquérito", criticou Miro.

Segundo registros da comissão apresentados aos jornalistas, os advogados só estiveram na CPI na noite de terça-feira e em parte do dia de quarta-feira, não retornando na quinta, nem na sexta.

Segundo Miro, o presidente da CPMI está colocando o ministro Celso de Mello a par de todas as informações sobre o acesso dos advogados aos

que a mensagem encaminhada não representa a posição do partido. "A mensagem é a opinião que ele (Vaccarezza) possa ter. Não é motivo (de substituição na CPI), porque a opinião dele não tem efeito prático nenhum", continuou.

Ontem, Vaccarezza justificou o envio do torpedo alegando que não se trata de blindagem e que a mensagem foi enviada num momento de irritação com o PMDB. "A mensagem pessoal foi num momento de irritação, de discussão com o PMDB", disse, para depois defender o governador do Rio. "Cabral não teve nenhuma citação telefônica em nome dele, não tem nenhum envolvimento com a quadrilha do Cachoeira." E frisou: "Tenho tranquilidade pra defender Cabral porque não tem nada contra ele."

documentos. Ele não acredita que o ministro do STF determine um novo adiamento do depoimento de Cachoeira. Mas alertou que, se isso ocorrer, será uma "situação institucional". "Aí não será a CPI, terá que ser o Congresso Nacional a defender as prerrogativas desses que tem o mandato."

Para facilitar o trabalho dos advogados de Cachoeira, o presidente da CPMI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), já autorizou a abertura da sala com os dados sigilosos durante este fim de semana. O local ficará disponível das 9h às 20h.

# GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

19 MAI 2012

DE OLHO  
NO LEÃO

## Isenção para deficiente visual

O tema de hoje, que já foi objeto de comentário anterior, atende de consulta de leitor sobre isenção de imposto de Renda direcionada aos portadores de determinadas doenças graves.

Entre as moléstias arroladas para viabilizar esse benefício destacam-se tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, e fibrose cística (mucoviscidose), com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou da reforma.

A isenção é dirigida aos proventos de aposentadoria ou de pensão, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma. Não alcança os ganhos do trabalho ativo ou quaisquer outros rendimentos, incluindo salários, aluguéis, honorários, ganhos de capital etc.

### Polêmicas

Apesar da clareza literal contida na previsão normativa, que se encontra inserida no artigo 39 do Regulamento do Imposto de Renda, frequentemente surgem dúvidas e acirradas discussões quanto ao enquadramento de contribuintes nos parâmetros dessa isenção. São recorrentes, por exemplo, os questionamentos relacionados ao fator temporal do início da doença, uma vez que, em regra, as perícias médicas, quando da constatação da moléstia, não retroagem a uma data específica – no caso, quando a doença se manifestou pela primeira vez. O benefício, então, passa a valer somente a partir da data do laudo pericial, que deve ser obrigatoriamente elaborado por junta médica oficial de uma das três esferas de governo. O Fisco não aceita laudos emitidos por entidades particulares. Isto, no entanto, não retira sua importância no bojo de eventual demanda judicial. Outra polêmica diz respeito à situação específica da extensão da doença da qual é portador o contribuinte. É o caso dos deficientes visuais. Para a Receita Federal, o pretendente à isenção deve provar que essa deficiência envolve ambos os olhos. A lei, todavia, não diz isso. Refere-se a “cegueira”, apenas.

O assunto já foi objeto de decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com decisão contrária ao Fisco. De acordo com esse julgamento, a pessoa com cegueira irreversível em um dos olhos está livre do pagamento do tributo em tela. Com esse entendimento, manteve-se a isenção a um servidor aposentado do estado de Mato Grosso. A Segunda Turma do STJ concluiu que a lei não distingue, para efeitos de isenção, quais espécies de cegueira estariam beneficiadas ou se a patologia teria que comprometer toda a visão. Foi relator o ministro Herman Benjamin.

Embora a validade da decisão seja aplicável apenas ao caso julgado, o entendimento criou precedente importantíssimo a nortear não só outros processos julgados naquela corte superior, como as demais demandas em trâmite nas Instâncias Inferiores da Justiça.

E é só. Afinal hoje é sábado, dia de café expresso no Terra Verdi, acompanhado do tradicional BCM-Bolo de Cenoura do seu Massaharo. Quem prova não larga mais.

# 19 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

### JUSTIÇA

#### **Família quer R\$ 12,4 mi por morte de menina atropelada por jet ski**

■ A família de Grazielly Almeida Lames, 3 anos, morta após ser atropelada por um jet ski na praia de Guaratubã, em Bertloga (103 km de São Paulo), afirmou que irá pedir indenização de 20 mil salários mínimos, o equivalente a R\$ 12,44 milhões, por danos morais. A afirmação foi feita por José Beraldo, advogado da família.

O acidente aconteceu no dia 18 de fevereiro. Grazielly tinha vindo de Artur Nogueira (145 km da capital paulista) para passar o carnaval na cidade. Ela brincava na areia com a mãe quando foi atingida na cabeça pelo jet ski em alta velocidade.

Um adolescente de 13 anos admitiu à polícia e ao Ministério Público que ligou o jet ski que atropelou e matou Grazielly. Ele nega que tenha montado e pilotado o veículo. Segundo o depoimento do jovem, um amigo também menor de idade o acompanhava. Ele afirmou também que teve a autorização dos empresários José Augusto Cardoso e Ana Júlia Campos Cardoso, padrinhos dele, para colocar no mar o veículo.

#### **Depósito em juízo de multa bilionária afeta a Vale, diz presidente**

■ O presidente da Vale, Murilo Ferreira, disse ontem que a mineradora "tem patrimônio suficiente" para arcar com uma eventual derrota na disputa sobre o pagamento de tributos com a Receita Federal, mas afirmou que a necessidade de depositar previamente os recursos em juízo "causa transtornos" à companhia. "O depósito atrapalha o fluxo de atividades da companhia", disse Ferreira. Um dos pontos mais afetados, diz, são os investimentos. Até agora, afirma, o mérito da discussão não foi apreciado pela Justiça e caberá somente ao Supremo Tribunal Federal (STF) decidir se é válida ou não a incidência de impostos sobre lucros gerados por empresas brasileiras no exterior. O valor total pedido pela Receita Federal é de R\$ 24 bilhões em impostos de controladas e coligadas da empresa no exterior. As ações giram em torno apenas da necessidade ou não de a mineradora depositar previamente os recursos. A Vale obteve uma vitória nessa matéria no STF, que concedeu medida cautelar neste mês rejeitando a obrigação da mineradora apresentar garantias e fazer o depósito em juízo.

# GAZETA DO POVO

**Wilson de  
Araújo Bueno**

19 MAI 2012

## Nada Igual ao Vozes 4 de Aroldo / O Speech de Chloris Justen

**N**o panorama literário paranaense, raros lançamentos atraíram tantos convidados como o de Vozes do Paraná 4, de Aroldo Murá Hayger, no Solar do Rosário. Além de cobertura irrisuta na web, blogs, redes e imprensa, 700 pessoas foram cumprimentar o autor e seus personagens. Lá estiveram, por exemplo, o arcebispo Vitti, Jaime Lerner, o prefeito Duccl, os secretários Marcelo Cattani (Com.Social), Reinaldo Almeida César (Segurança), Ricardo Barros (Indústria e Comércio) e Cássio Taniguchi (com Marina). E empresários de popa, como Darci Piana e Edson Campagnolo, secretário municipal de Comunicação, David Campos, o presidente da Sociedade Evangélica Beneficente; João Jalro Ferreira, Segismundo Morgenstern e Regina (ela sempre chic), Belmiro Castor e Elizabeth, o prefeito Roberto Pupin, de Maringá, o desembargador Antenor Demeterco... Voltarei ao assunto na próxima semana, com fotos. \*\*\*\*\* Em tempos de autógrafos, ganhou atenção, também, o lançamento do livro de Chloris Justen, *Essências Transfiguradas*, na noite de quarta-feira, na Livrarias Curitiba, do Shopping Palladium. O evento reservou momentos de sensibilidade e beleza, seja pelo speech da autora, um banho com sua desenvoltura intelectual, a execução ao piano de composições de autoria dos netos, em sua homenagem, e o melhor padrão da platéia. Nesta, relacionavam-se o brilho da neurocientista Mara Cordelro, com o gentleman Nilson Santos, as escritoras Liamir Hauer e Adélla Woellner, e o empresário Nassib Abage. Do staff do Palladium, Lillian Vargas, com sua decantada cordialidade, era atencões com todos. \*\*\*\*\* A 6ª edição da Autopar – Feira de Fornecedores da Indústria Automotiva – que abre dia 13 de Junho, no Expotrade Pinhais, vai se constituir numa autêntica ONU, com expositores, em número de 500, vindos de vários continentes. Os stands, ocupando 30.000 m², exibirão bandeiras da América Latina, EUA, Europa e China. Vale destacar que a Autopar ocupa, no segmento, pódo de segunda maior feira do Brasil. Ao fundo, a competência de Carlos Jung, teia-se Diretriz Empreendimentos.

20 MAI 2012

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

# TJ do Paraná inscreve para 47 vagas de juiz

Oportunidades são para cargo de substituto e exigem três anos de atividade jurídica, além de diploma de bacharel em Direito.

Agência JC Concursos

O Tribunal de Justiça do Paraná realiza concurso para preencher 47 vagas de juiz substituto. Das chances, 5% são destinadas as pessoas com deficiência e 10% aos afrodescendentes. São exigidos três anos de atividade jurídica exercida, além do diploma de bacharel em Direito. A inscrição preliminar deve ser feita no site [www.tjprjus.br](http://www.tjprjus.br), até o dia 29 de maio. Taxa de R\$ 150.

## Processo seletivo

A seleção consiste em cinco fases. A primeira etapa é uma prova objetiva seletiva, de caráter eliminatório e classificatório, a qual conterà questões sobre as seguintes matérias: direito civil, direito processual civil, direito do consumidor, direito da criança e do adolescente, direito penal, direito processual penal, direito constitucional, direito eleitoral, direito empresarial, direito tributário, di-

reito ambiental, direito administrativo, juizados especiais, código de normas e código de organização e divisão judiciárias do Estado do Paraná. Prevista para 1.º de julho.

A segunda etapa contém duas provas escritas (teórica — 19 de agosto e prática — 20 e 21 de agosto), de caráter eliminatório e classificatório.

A terceira consiste em inscrição definitiva, sindicância da vida pregressa e investigação social; e exame de sanidade física, mental e psicotécnico. Esta fase está prevista para o período entre 19 de novembro e 7 de dezembro.

Será aplicada prova oral, de caráter eliminatório e classificatório, como quarta etapa, provavelmente no dia 21 de janeiro de 2013. A quinta e última fase é a avaliação de títulos, classificatória.

# Gazeta "estreia" Lei de Acesso em 9 órgãos públicos

20 MAI 2012

Repórteres do jornal foram os primeiros a pedir pessoalmente dados em repartições de Brasília e Curitiba. Padrão de atendimento variou bastante

#### BRASÍLIA E CURITIBA

André Gonçalves, correspondente, e Katia Daran, especial para a Gazeta do Povo

Desde a última quarta-feira, é lei: todo órgão estatal precisa oferecer um espaço físico e funcionários para que qualquer pessoa receba atendimento e orientação para ter garantido o direito de acesso a informações públicas. A diferença entre o que está no papel e a prática, no entanto, ainda é grande. Principalmente na comparação entre as esferas federal, estadual e municipal.

Em Brasília e Curitiba, repórteres da Gazeta do Povo foram os primeiros cidadãos do país a pedir dados pessoalmente com base na Lei de Acesso à Informação em nove instituições públicas — Ministério da Educação, Supremo Tribunal Federal (STF), Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa, prefeitura de Curitiba e Casa Civil do governo do Paraná. Também foram feitas solicitações no Ministério da Saúde, Câmara dos Deputados e Senado.

Todos os órgãos receberam requerimentos sobre contratações e gastos com funcionários comissionados (admi-

tidos sem concurso público). Apenas o Supremo respondeu imediatamente os quatro questionamentos (veja mais informações no box abaixo).

As experiências foram distintas. Na capital federal, quatro das cinco estruturas visitadas criaram os Serviços de Informação ao Cidadão (SICs) mencionados na lei. A exceção foi o Supremo, que adaptou a Central de Atendimento já existente desde 2008. Todos os espaços visitados, contudo, dispunham de funcionários treinados com base na nova legislação e que tentaram resolver as dúvidas de imediato.

#### Desconhecimento

Em Curitiba, nenhum dos sete órgãos percorridos recebeu as solicitações em um SIC. Todos orientaram que os requerimentos precisavam ser registrados em um protocolo comum. Somente na Câmara de Vereadores os funcionários demonstraram conhecimento da lei. Em nenhum caso, porém, houve a tentativa de prestar a informação imediatamente.

Tanto no Distrito Federal quanto no Paraná, os requerimentos foram feitos pelos repórteres como cidadãos comuns, sem ajuda ou filtros de assessorias de imprensa. Pela lei, cada órgão tem 20 dias de prazo (até 5 de junho), prorrogáveis por mais 10, para apresentar as respostas.

#### 5 DE JUNHO

é o prazo para que os órgãos públicos respondam às solicitações. Nessa data, se não houver encaminhamento, é possível estender o prazo para mais dez dias.

#### MINISTÉRIO

#### Educação oferece 4 computadores para consulta

O Ministério da Educação criou um Serviço de Informação ao Cidadão no andar térreo do edifício principal, em Brasília. Na entrada do espaço, às 12h10, dois funcionários se apresentaram e logo anunciaram que aquele era o primeiro pedido de dados realizado pessoalmente com base na lei. Eles explicaram que a consulta poderia ser feita em um dos quatro computadores de acesso livre instalados na sala. Um dos funcionários mostrou inicialmente todos os dados disponíveis sobre funcionários comissionados no site do ministério. Como não foi possível chegar diretamente ao universo das informações solicitadas, ele explicou que seria necessário fazer um requerimento em papel, em um modelo básico oferecido pelo ministério, ou por meio eletrônico após um cadastro no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Após seguir a segunda opção, o funcionário ajudou no preenchimento do cadastro eletrônico. Ao todo, o atendimento durou 17 minutos.

#### CONTINUA

GAZETA DO POVO

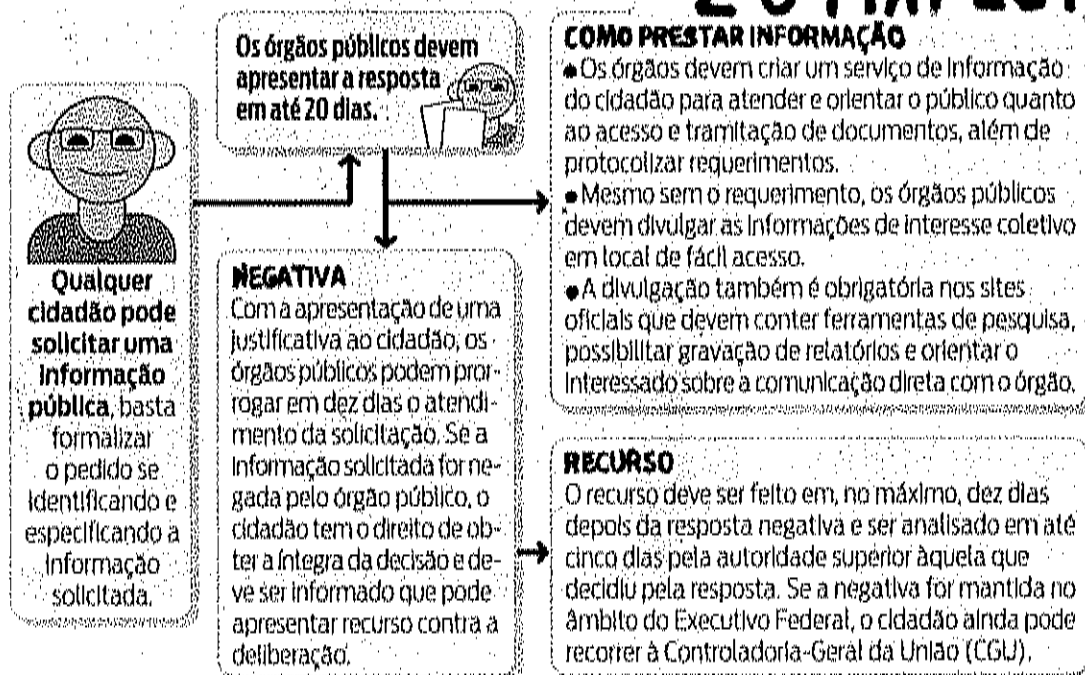
# GAZETA DO POVO

ACESSO

CONTINUAÇÃO

Veja como fazer um pedido de informação:

20 MAI 2012



**QUEM DEVE PRESTAR INFORMAÇÕES AO CIDADÃO**

• Todos os órgãos públicos do Legislativo, Judiciário e Executivo, dos três níveis de governo.

• Qualquer instituição que receba recursos públicos, como autarquias, fundações, empresas, sociedades de economia mista e entidades privadas sem fins lucrativos.

Fonte: Fórum de Direito de Acesso à Informação Pública. Infografa: Gazeta do Povo.

**“A transparência, a partir de agora obrigatória também por lei, funciona com o inibidor eficiente de todo mau uso do dinheiro público e também de todas as violações de direitos humanos.”**

Presidente Dilma Rousseff, a respeito da Lei de Acesso à Informação, em discurso no dia 16, quando a norma entrou em vigor.

CONTINUA



## CONTINUAÇÃO

### QUESTÕES

Salva o que foi perguntado aos órgãos públicos procurados pela reportagem da **Gazeta do Povo**:

➤ Número de funcionários comissionados (não concursados) que estão em atividade no órgão;

➤ A distribuição quantitativa desses funcionários, por faixa salarial e função desempenhada;

➤ A relação nominal dos funcionários comissionados em atividade, suas funções e seus respectivos salários;

➤ O gasto total do órgão com os funcionários comissionados no mês de abril de 2012.

### SEM ESPERA

#### Supremo foi o único órgão a dar a resposta imediatamente

O STF não criou um SIC específico para atendimento presencial e recebe os pedidos de informação nos dez guichês da Central de Atendimento que está em funcionamento desde antes da entrada em vigor da Lei de Acesso. O espaço também serve para a prestação de informações jurisdicionais, solicitadas em especial por advogados, mas não tinha filas na quarta-feira à tarde. O órgão foi, entre os visitados em Brasília, o que mais se empenhou em responder ao pedido de imediato. O funcionário que fez o atendimento logo avisou que aquela seria a primeira experiência após a vigência da lei e comunicou o fato aos chefes. Ele se preocupou o tempo inteiro em mostrar que parte dos dados já estavam disponíveis no site e explicou como fazer o cruzamento de informações para chegar às respostas. Ao todo, o atendimento demorou 1 hora e 10 minutos.

# GAZETA DO POVO

## 20 MAI 2012

### "O QUÊ?"

#### Recepcionistas da Câmara dos Deputados não sabiam de nada

Ao entrar pelo Anexo 1 da Câmara dos Deputados, nenhuma das três recepcionistas sabia o que era nem onde ficava o recém-inaugurado SIC. Depois de alguns telefonemas, uma delas descobriu que o espaço ficava no Anexo 2. O serviço, no entanto, funciona mais como um guichê de informações e repassa os cidadãos para o atendimento de outros setores. Questões administrativas da Casa, como dados sobre funcionários comissionados, ficam por conta do Centro de Documentação e Informação. No local, uma atendente tentou buscar as informações de imediato e mostrou tudo o que estava disponível no site. Foi possível chegar a pelo menos uma das respostas, sobre o número de funcionários comissionados. Depois, ela registrou três pedidos de informação diferentes que faltavam pelo serviço do "Fale Conosco" da Câmara dos Deputados. Todos geraram protocolos para acompanhamento. Da entrada na Câmara até a finalização do atendimento, o tempo gasto foi de 40 minutos. (AG)

### SEM PROTOCOLO

#### No Senado, impressora quebrada impediu impressão do documento

Ao contrário do que aconteceu na Câmara, as recepcionistas do Senado logo informaram a localização correta do guichê onde fica o SIC da Casa. Lá, três funcionários faziam o atendimento em um espaço que antes era utilizado apenas como guichê de informações básicas de localização. Em 15 minutos, seis pessoas que passavam pelo local só utilizaram o espaço para perguntar como chegar em gabinetes de senadores ou deputados. O atendente que fez a recepção disse que não tinha como protocolar qualquer pedido porque a impressora estava com problemas. Ele não se preocupou em saber sobre o teor da solicitação, nem em citar que tipo de dados já estavam disponíveis no site do Senado. Ao final, ele assinou uma cópia do requerimento que foi levado pronto, em papel, sem qualquer carimbo ou número de protocolo. "Não tem como acompanhar, mas pode esperar pela resposta dentro do prazo", disse o atendente.

# 20 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

**OLHO VIVO** CELSO NASCIMENTO

Uma nota oficial do Instituto Curitiba de Informática (ICI) não desmente a descrição feita por esta coluna a respeito da dificuldade que o advogado Farsó Cabral encontrou para protocolar um pedido de informações no primeiro dia de vigência da Lei do Acesso da Informação. Mas lamenta que ele não tenha seguido o caminho correto para encaminhar seu requerimento, que, segundo o ICI, se encontra descrito no site da instituição. O endereçamento do pedido via Correios com AR (Aviso de Recebimento) é o procedimento que Violin deveria seguir, o que lhe garantiria a cobrança de prazo para a resposta. A nota não faz referência ao fato de a Justiça, em uma ação popular impetrada há dois meses, já ter determinado ao ICI a liberação de informações de teor parecido às requeridas por Cabral, até agora não atendido.

**"Precisamos [...] buscar um experimentalismo contínuo, verticalizando as reformas para que nossos cidadãos sejam educados para que não precisem de lei de ficha limpa. Nesse momento, porém, a Lei da Ficha Limpa é um paternalismo necessário."**

Do jurista Clémerson Cleve, em palestra durante o 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral realizado em Curitiba na semana passada.

# Trabalho infantil uma praga difícil de erradicar

Quase 6% das crianças de 10 a 13 anos trabalhavam no Paraná em 2010, segundo o Ipardes. Há dez anos, índice era menor

Katla Brembatti

Apesar da criação de políticas públicas de compensação de renda para incentivar que crianças apenas estudem e brinquem, o trabalho infantil aumentou no Paraná na última década. Entre 2000 e 2010 o índice de crianças que trabalham no estado cresceu 19%. A pedido da Gazeta do Povo, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) analisou os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no fim de abril. O índice paranaense está no mesmo patamar das taxas do Ceará e de Pernambuco. Os números do IBGE também indicam crescimento no percentual de trabalho infantil no período no Brasil. Os registros só apontam queda na faixa etária de 14 a 17 anos (trabalho juvenil) — tanto no panorama nacional como no estadual.

O censo indicou 42.118 casos no Paraná — que representam 5,8% do total de crianças de 10 a 13 anos. Em 2000, eram 36.458 registros, o equivalente a 4,9% das crianças da mesma faixa etária. No Brasil, 12 estados tiveram crescimento na quantidade proporcional de casos de trabalho infantil. Já os registros de trabalho juvenil aumentaram em quatro estados. Em 2000, 700 mil garotos e garotas de 10 a 13 anos e 3,2 milhões de jovens com menos de 18 anos trabalhavam no país. Dez anos depois, foram encontrados 710 mil crianças e 2,6 milhões de adolescentes. Os casos de crianças com menos de 10 anos que trabalham não são identificados pelo IBGE.

Os dados mostram que o Brasil está muito longe de cumprir o compromisso internacional de erradicar o trabalho infantil até 2020. Na realidade, a expectativa de pesquisadores e ativistas pelos direitos humanos era de que houvesse redução no número de casos. Algumas formas de exploração da mão de obra de crianças e adolescentes têm sido combatidas, mas a fiscalização encontra dificuldades de coibir ações em fazendas, atividades familiares e serviços domésticos. No cultivo de

fumo no Paraná, por exemplo, estima-se que 4 mil menores de idade trabalhem, sendo 1,1 mil com menos de 13 anos.

## Invisíveis

Apesar dos números exorbitantes, os dados do Censo do IBGE podem não ter identificado todos os casos de trabalho infantil. Quem presta informações ao censor nem sempre confessa que as crianças da casa têm responsabilidades incompatíveis com a idade. De acordo com o Ipardes, vários estudos sobre o trabalho infanto-juvenil têm utilizado o conceito de trabalho invisível.

Muitas vezes a atividade exercida não é remunerada — como nos casos de serviços domésticos. Ainda sujeitas a uma subcontagem censitária estão meninas e meninas relegadas às ruas da cidade. Além de casos escusos, foram registradas situações de trabalho infantil autorizadas pela Justiça. Desde 2005, o Judiciário permitiu que 33 mil crianças e adolescentes no Brasil — 2,6 mil no Paraná — tivessem alguma atividade laboral.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Para Anael Cintra, coordenador do Núcleo de Estudos Populacionais e Sociais do Iparades, o crescimento nos números absolutos e proporcionais de menores de 13 anos trabalhando indica que algumas ações de combate não tiveram o resultado esperado. Ele ainda destaca que enquanto algumas cidades registraram quedas acentuadas, outras apresentaram um crescimento exagerado no número de registros, que indicam a disparidade social e econômica do Paraná.

20 MAI 2012

## Ações públicas caminham lentamente

Há quase um ano, a presidente Dilma Rousseff anunciou que investiria recursos para tirar 1,2 milhão de crianças do trabalho infantil até 2014. Desde o anúncio, medidas foram discutidas dentro do governo federal, mas nada foi mudado. A promessa é que em 12 de junho de 2012 — Dia de Combate ao Trabalho Infantil — as novas ações sejam divulgadas. Já no Paraná, há mais de um ano está em elaboração o Plano Estadual de Erradicação de Trabalho Infantil.

A Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social aceitou comentar o caso apenas por e-mail. Sobre o crescimento no número de casos de trabalho infantil no Paraná, a resposta é que as informações permitirão "uma análise criteriosa das causas que determinam a permanência do trabalho precoce no estado e a variação de índices em algumas regiões".

Como houve redução em algumas áreas e crescimento em outras, não é possível apontar "causas específicas para qualquer dos comportamentos".

A grande aposta da secretaria é o programa Família Paranaense, que prevê acompanhamento de 100 mil núcleos familiares por dois anos.

"A erradicação do trabalho infantil não é vista por esse governo apenas como uma questão que será solucionada com programas de transferência de renda (bolsas) e sim com ações interseoriais articuladas para tirar essas crianças e adolescentes da situação de vulnerabilidade social em que se encontram", diz o texto enviado pela secretaria. (KCB)

CONTINUA

## Valor da bolsa paga pelo Peti é irrisório

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) nasceu em 1996 com a missão, como o próprio nome sugere, de eliminar todo e qualquer tipo de exploração da mão de obra de crianças. Mas, passados 16 anos, os números do Censo do IBGE indicam que o trabalho infantil não apenas não foi erradicado, como aumentou.

Crianças e adolescentes encontrados em "situação de risco de trabalho" passam a receber uma bolsa mensal como complemento de renda familiar. Se a renda por pessoa na casa for inferior a R\$ 140, há a inclusão no programa Bolsa Família. Nos casos de renda per capita superior a R\$ 140, a família é cadastrada no Peti. O valor da bolsa varia de R\$ 25 a R\$ 40. Hoje o programa beneficia 800 mil crianças e adolescentes no Brasil e 30 mil no Paraná.

### Insuficiente

Como deixam claros os números do Censo, a quantidade de bolsas oferecidas é inferior ao número de crianças e adolescentes trabalhadores. E o programa hoje não chega a quem não tenha sido flagrado com filhos trabalhando. A lei determina que apenas adolescentes com mais de 16 anos podem trabalhar. Entre 14 e 16 anos podem apenas atuar como aprendizes. E com menos de 14 anos o trabalho é proibido.

Procuradora do Ministério Público do Trabalho em Curitiba, Cristiane Sbaqueiro Lopes espera por iniciativas mais efetivas, mas vê avanços no combate ao trabalho infantil. "Com relação ao trabalho nas ruas, por exemplo, diminuiu bastante." Para ela, a situação continua complicada principalmente no meio rural, onde a fiscalização tem mais dificuldade de chegar.

"A criança deve brincar. Não pode ter sobre os ombros o peso de ajudar a sustentar a família. O pai e a mãe não devem ver o filho como uma fonte de renda. Mas nos casos em que a necessidade fala mais alto, é preciso ter um suporte que garanta o sustento."

Cristiane acredita nas potencialidades do Peti. Para a procuradora, o problema é que o programa não tem sido suficiente. "Se ainda tem criança trabalhando é porque está faltando bolsa do Peti." Ela também considera necessário aumentar o valor do repasse. "É muito pouco R\$ 25." (KB)

CONTINUA

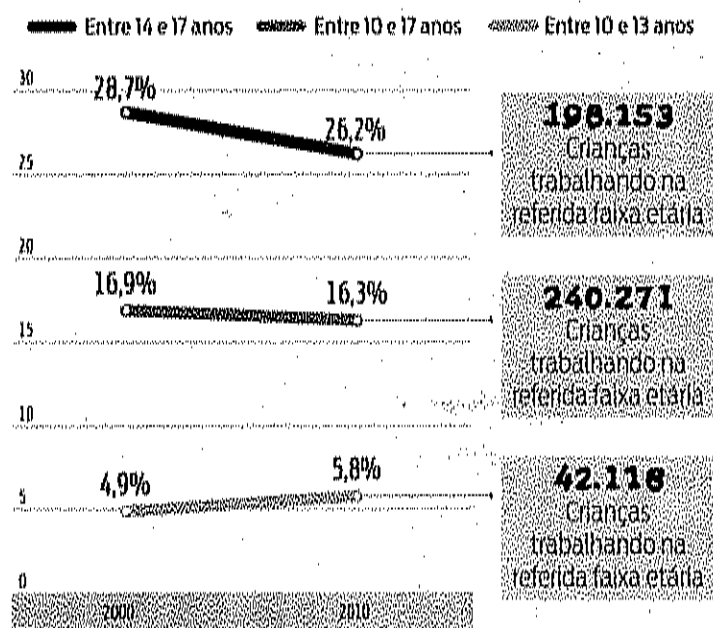
# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

20 MAI 2012

## TRISTE CRESCIMENTO

Um ponto porcentual foi o aumento do trabalho infantil no Paraná na década, mas o número que parece pequeno representa quase seis mil crianças a mais trabalhando. A expectativa era de redução.



Fonte: IBGE, com análise do Iparde. Infografia: Gazeta do Povo.

# 16

litros de leite por mês é quanto se pode comprar com a bolsa de R\$ 25 concedida pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

## BENEFÍCIO

Salva como funciona o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti):

**O que é:** o Peti paga uma bolsa às famílias de crianças que tenham sido encontradas em situação de trabalho.

**Quem recebe:** famílias cuja renda por pessoa seja superior a R\$ 140 por mês.

**Quanto paga:** R\$ 40 por beneficiário em cidades com mais de 250 mil habitantes e R\$ 25 em municípios menores.

**Condições:** as crianças e os adolescentes beneficiados precisam estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85%. Devem ter a carteira de vacinação em dia e ter o desenvolvimento acompanhado nos estabelecimentos de saúde. Atividades recreativas são programadas no contraturno escolar para ocupar o tempo dos jovens e a participação é obrigatória. O governo ajuda a financiar projetos do contraturno escolar. No Paraná são repassados R\$ 755 mil por mês para essas atividades.

**Restrição:** Beneficiários do Bolsa Família não têm direito à bolsa do Peti. O Bolsa Família atende lares com renda inferior a R\$ 140 por morador.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social.

# GAZETA DO POVO

**Elio  
Gaspari**

## A Procuradoria Geral tarde, e tarde

20 MAI 2012

**E**m outubro de 2010, o estudante Marco Paulo dos Santos, um negro evangélico de 24 anos, estagiário no Superior Tribunal de Justiça, foi à agência do Banco do Brasil que funciona no prédio e esperava sua vez para usar um terminal. Pela sua narrativa, havia um senhor operando a máquina e ele aguardava sua vez atrás da linha demarcatória. A certa altura, o cidadão voltou-se, dizendo: "Quer sair daqui?". Marco explicou-lhe que estava no lugar adequado, mas não convenceu: "Como eu não saí, ele se apresentou: 'Sou Ari Pargendler, presidente do STJ, e você está demitido. Isso aqui para você acabou.'". Pargendler teria puxado o crachá do rapaz para ver seu nome. Uma hora depois, Marco recebeu uma carta de demissão por ter cometido "falta gravíssima de respeito".

Marco Paulo deu queixa na 5.ª Delegacia da Polícia Civil e uma testemunha corroborou sua versão. Pargendler, presidente do "Tribunal da Cidadania", não se pronunciou. O processo contra o doutor por agressão moral foi remetido ao Supremo Tribunal Federal, sob sigilo. Felizmente, o ministro Celso de Mello tirou-o do segredo e remeteu os autos à Procuradoria Geral da República, para que verificasse "a exata adequação típica dos fatos narrados neste procedimento penal." No dia 17 de dezembro de 2010, o processo foi para as mãos da subprocuradora-geral Claudia Sampaio Marques. Cadê?

Quando completou um ano de espera, Marco Paulo disse ao repórter Frederico Vasconcelos que "entregou o caso nas mãos de Deus". Fez muito bem, porque, em condições normais, a Procuradoria teria cumprido sua tarefa em dois meses.

No dia 7 de março, a doutora Sampaio Marques devolveu o processo e, ao dia 14 de abril ele foi redistribuído para o procurador-geral Roberto Gurgel, seu marido. Explicação? Nem pensar.

Eremildo é um idiota e, ao lembrar que Operação Vegas ficou com o doutor Gurgel durante quase três anos, convenceu-se de que não se deve falar do caso de Marco Paulo, pois isso é coisa de "pessoas que estão morrendo de medo do julgamento do mensalão".

# TJ diz que prerrogativa de foro é válida nas ações de improbidade

Decisão que beneficia um deputado estadual abre brechas para governantes questionarem condenações. Situação causa insegurança jurídica

| *Karlos Kohlbach*

Uma recente decisão do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) pode resultar na anulação de uma enxurrada de ações de improbidade administrativa movidas pelo Ministério Público. No último dia 8, ao julgar um recurso do deputado estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB), condenado por ato de improbidade administrativa, os desembargadores da 4.ª Câmara Cível do TJ entenderam, por unanimidade, que o parlamentar tem prerrogativa de foro. Portanto, apenas o Órgão Especial do TJ poderia julgar o recurso.

A decisão do tribunal paranaense levanta uma discussão jurídica que ainda não foi dirimida nos tribunais superiores. A prerrogativa de foro para políticos, previsto no Código Penal

Brasileiro, também se aplica às ações cíveis, em especial as de improbidade administrativa? Há decisões judiciais nos dois sentidos. Dentro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), há um entendimento de que o privilégio do foro se aplica também em ações cíveis. No Supremo Tribunal Federal (STF), no entanto, os ministros afastam a prerrogativa em ações de improbidade administrativa.

Dentro do próprio TJ há decisões nos dois sentidos. Em fevereiro deste ano, os desembargadores da 4.ª Câmara Cível afastaram a prerrogativa de foro no julgamento de uma ação de improbidade contra um prefeito.

Mas, com a brecha jurídica aberta pela decisão que favoreceu Cheida, políticos acusados de cometer ato de improbidade podem tentar anular as decisões decorrentes de ação de improbidade. Com essa estratégia, podem arrastar por anos as ações do MP na Justiça — provocando insegurança jurídica. O desfecho desta discussão também pode resultar no truncamento de investigações em todo o país.

O MP do Paraná não tem um levantamento de quantas ações correm o risco de serem declaradas nulas. Entre elas, estariam as ações de improbidade administrativa propostas contra deputados e ex-diretores da Assembleia Legislativa, no caso que ficou conhecido como Diários Secretos. Nesses processos, os promotores requereram judicialmente o bloqueio de mais de R\$ 1,2 bilhão em bens dos envolvidos e a devolução de pouco mais de R\$ 100 milhões aos cofres públicos.

Este é apenas um exemplo. Há centenas de prefeitos paranaenses acusados de ato de improbidade administrativa. Alguns deles foram condenados pela Justiça de primeiro grau e obrigados a deixar a chefia do Executivo Municipal. Se essas condenações fossem reconsideradas, o prefeito poderia ser até reconduzido ao cargo — outro cenário que traria grande insegurança jurídica a todo o país.

Nos casos de ações de improbidade contra vereadores, essa brecha jurídica não poderia ser questionada, uma vez que a legislação não garante foro privilegiado para vereadores.

**CONTINUA**



# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

21 MAI 2012

## TIRA-DÚVIDAS

Entenda um pouco mais sobre o que está em jogo:

### LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA Aplicação

Quando há qualquer ilícito administrativo que atenta contra os princípios constitucionais da administração pública que podem ou não causar enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário.

### Prescrição

Até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

### FORO PRIVILEGIADO Quem tem?

Presidente e vice, deputados federais e estaduais, senadores, ministros, procurador-geral da República, membros do Tribunal de Contas da União, membros do próprio STF, do STJ, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM), governadores, desembargadores dos Tribunais de Justiça, conselheiros dos Tribunais de Contas, magistrados dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho e prefeitos.

### Outros cargos

Alguns estados preveem foro privilegiado para outros cargos. No Paraná, vice-governador, vice-prefeito e vereadores não têm esse direito.

## PRIMEIRA INSTÂNCIA

### Cheida foi condenado por desapropriação

O deputado estadual Luiz Eduardo Cheida (PMDB) foi condenado por ato de improbidade administrativa quando era prefeito de Londrina, em 1994. A Justiça condenou Cheida por ele baixar um decreto para desapropriar um terreno do late Clube de Londrina, contrariando uma decisão do Poder Judiciário. Cheida foi condenado a devolver R\$ 569,2 mil aos cofres da prefeitura de Londrina – valor pago pela administração para o late Clube à título de desapropriação. A sentença também determinou a suspensão de seus direitos políticos por seis anos, a perda do cargo depois de transitar e julgar a ação e a proibição de contratar com o poder público por cinco anos.

O deputado recorreu ao Tribunal de Justiça em 2010, alegando que já havia prescrito o suposto ato de improbidade. O pedido será julgado pelo Órgão Especial do tribunal. (KK)

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Supremo dará a palavra final

21 MAI 2012

Caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) dar a palavra final sobre a prerrogativa de foro para agentes públicos em ações cíveis. A advogada Vivian Lima Lopez Valle, mestre em Direito Público da UFPR e professora de Direito Administrativo e Constitucional da PUCPR, explica que o Supremo vai ter que pacificar essa matéria através de uma súmula vinculante.

Para editar uma súmula, no entanto, é necessário que os ministros adotem um mesmo entendimento em diferentes processos. "Antes disso sempre pode haver a dúvida nos juízos de primeiro grau e nos tribunais regionais", disse Vivian. Para ela, o STF tende a afastar a prerrogativa de foro. "Entendo que as autoridades políticas não deveriam ter o foro privilegiado, mas, tecnicamente, é possível suscitar essa dúvida da prerrogativa de função alegando vícios formais no processo", completa.

O presidente da comissão de Direito Constitucional da OAB paulista, Dirceu Torrecillas Ramos, também diz que o STF dará a palavra final. Mas ele tem outro entendimento sobre o assunto. "Minha interpretação sistemática dos dispositivos da Constituição Federal me faz crer que, assim como no Direito Penal, as autoridades também têm prerrogativa de

foro em ações de improbidade administrativa", opinou ele, que também é professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo.

### Ações penais

O procurador-geral de Justiça do Paraná, Gilberto Giacoia, é contra a prerrogativa de foro em ações cíveis. "Em matérias penais já é discutível. Há posicionamentos da queda do foro dentro da atual estrutura da Justiça", disse. Para Giacoia, será um retrocesso para a sociedade se prevalecer o entendimento de que autoridades têm prerrogativa de foro também em ações de improbidade administrativa. "Para o interesse da sociedade, da transparência nas contas públicas e na apuração dos atos de improbidade, essa decisão conspira desfavoravelmente", diz.

O procurador de Justiça Mário Schirmer, que atuou na investigação e na redação das ações de improbidade no caso envolvendo os Diários Secretos da Assembleia do Paraná, também é contrário à prerrogativa de foro. "Para o combate a corrupção isso é péssimo em todos os pontos, porque só beneficia os acusados", completou. (KK)

# Ninguém protege o viajante

Sem postos da Anac, — sete deles, inclusive o do Afonso Pena, foram fechados em 2010 —, quem tem conflito com companhias aéreas precisa ir à Justiça ou ao Procon.

■ Atrasos nos voos, falta de informação aos passageiros, passagens caras para os padrões internacionais e multas salgadas na remarcação dos bilhetes fazem parte da rotina dos aeroportos. Sem uma fiscalização eficiente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), os passageiros estão cada vez mais reféns das companhias aéreas. Esta realidade se traduz nas queixas dos usuários do transporte aéreo. Somente no ano passado, o Procon-PR foi acionado 715 vezes para registrar reclamações contra empresas de aviação ou prestar orientações sobre esses serviços — quase três vezes maior do que o número de ocorrências registradas pelo órgão em 2008.

As queixas e dúvidas mais frequentes dizem respeito a cobranças indevidas, cancelamentos do serviço e descumprimento de ofertas. Cláudio Candiotta, presidente da Associação Nacional em Defesa dos Passageiros do Transporte Aéreo, diz que o crescimento no número de passageiros não deveria ser justificativa para o aumento das reclamações.

Em Curitiba e Foz do Iguaçu, onde estão os dois principais aeroportos do estado, os passageiros ainda não têm a quem recorrer, exceto os guichês das companhias aéreas. Nenhum dos terminais conta com postos da Anac para atendimento aos clientes, como acontece em São Paulo e no Rio de Janeiro. Reclamações direcionadas à agência devem ser encaminhadas para o site ou via telefone. Em 2010, a agência fechou seus postos de atendimento aos clientes em sete aeroportos pelo Brasil, entre eles o Afonso Pena. A alegação foi de que a procura nos terminais era muito baixa. De acordo com Candiotta, a agência reguladora é ausente e o passageiro não tem a quem recorrer senão ir à justiça.

O advogado Robert Chede Neto recorreu ao serviço de reclamações da Anac em uma das vezes que teve problema com seus voos. Chede havia trocado pontos de um programa de milhagens por uma passagem para São Paulo. No dia em do embarque, os funcionários da Gol fizeram uma greve. Na emergência, o advogado teve que comprar uma passagem de outra companhia, por R\$ 400. "Procurei a Anac, mas só preenchi um formulário e fui orientado a abrir uma ocorrência no site da agência", relembra. No final das contas, ele teve sua pontuação de milhagem recuperada. "Mas tive que arcar com gasto de uma nova passagem na hora."

A professora de história Mariana de Oliveira teve um

dia de trabalho descontado porque não pôde embarcar de Foz do Iguaçu para São Paulo. Ao chegar ao aeroporto com o marido, a companhia aérea informou que só havia um lugar e que o casal teria que decidir quem viajaria. Ela acabou ficando porque o marido tinha um compromisso mais urgente. Depois de reclamar, ela conseguiu um transfer para levá-la ao destino e mais R\$ 300 para excesso de bagagem, mas a escola onde trabalhava não aceitou como justificativa o documento cedido pela companhia: uma cópia de um comprovante, com uma explicação superficial do problema. Ela, que faz o trecho entre Foz do Iguaçu e São Paulo com frequência, reclama da atenção com o passageiro na cidade, que é um destino turístico importante. "Um posto da Anac deveria ser instalado no aeroporto de Foz. Uma fiscalização efetiva também evitaria que as empresas agissem por conta própria. O aeroporto de Foz é uma terra sem leis onde cada companhia faz o que acha conveniente", diz.

**CONTINUA**

## GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Aeroportos do Paraná não têm Juizados

■ Nos aeroportos Santos Dumont e Galeão (no Rio de Janeiro), Congonhas e Guarulhos (São Paulo), Juscelino Kubitschek (Brasília) e Confins (Belo Horizonte), os passageiros em conflito com companhias aéreas podem contar com assistência da Justiça, por meio de juizados especiais. Os aeroportos paranaenses não contam com esse recurso. As queixas podem ser apresentadas nos juizados especiais das comarcas.

Desde outubro de 2010, o Juizado Especial Cível de Curitiba recolheu 1147 ações contra companhias aéreas. As principais reclamações são

referentes a atrasos e cancelamentos. "Temos casos de ações que são iniciadas nestes postos dentro de aeroportos que são encaminhadas para cá quando não há a solução imediata", explica Elenice Maria Kaipers, chefe do setor de protocolo do Juizado Especial.

Passageiros alegam que, por descrença nos órgãos competentes, falta de tempo e excesso de burocracia, muitas vezes deixam de procurar seus direitos junto à agência nacional ou à justiça. O engenheiro Maurício Tadeu já enfrentou uma série de problemas com cancelamento de voos em diversos aeroportos do país, mas nunca levou adiante suas reclamações. "A gente se acostuma a reclamar na hora, no guichê da companhia, mas depois acaba deixando passar e tolerando excessivamente estes problemas", explica.

## Novas regras podem melhorar fiscalização

■ No final de 2011 entrou em vigor uma resolução da Anac que determina que aéreas ofereçam atendimento presencial para queixas em aeroportos com movimentações acima de 500 mil passageiros por ano, como é o caso do Afonso Pena. De acordo com a agência, que fiscaliza os atendimentos, as empresas devem ser capazes de recepcionar e registrar por meio de protocolo reclamações em relação aos serviços e adotar os procedimentos necessários para a solução imediata, quando possível.

"Se o passageiro tivesse uma melhor assistência, es-

tima-se que metade dos problemas poderiam ser solucionados sem que precisassem ir à justiça", afirma Cláudio Candotti, presidente da presidente da Associação Nacional em Defesa dos Passageiros do Transporte Aéreo (Andep).

Com a justificativa do aumento do número de usuários do transporte na última década e o consequente crescimento no número de reclamações contra as empresas do setor, um projeto de lei que trata da regulamentação do recebimento de reclamações contra as companhias aéreas está em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O projeto do senador Sérgio Souza (PMDB-PR) determina que a Anac mantenha uma página na internet para as queixas e que publique indicadores de desempenhos das empresas.

CONTINUA

## DEFESA

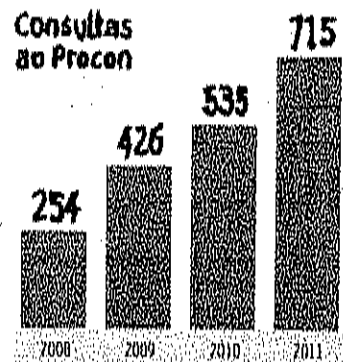
## Anac diz que queixas podem ser apresentadas por telefone e pelo site

A Anac alega que recebe as no seu site pelo link "Fale com a Anac" de seu site ([www.anac.gov.br](http://www.anac.gov.br)) e pelo telefone 0800 725 4445. Além de enviar suas queixas, os passageiros também podem avaliar as companhias e aeroportos com notas de 1 a 10 em diversos critérios que resultam em um índice de avaliação popular dos serviços aéreos. As empresas ficam reanqueadas de acordo com a média que recebem dos consumidores. Mais de 7,5 mil passageiros já fizeram 19 mil avaliações sobre as companhias. Segundo a agência, a ferramenta permite que o consumidor possa consultar as notas das empresas e escolher aquela que apresente os melhores índices.

## PROBLEMA CRESCENTE

Queixas e esclarecimentos sobre companhias aéreas triplicaram desde 2008 no Paraná

## Consultas ao Procon



## Reclamações mais frequentes

Cobranças	32%
Cancelamentos de serviço	20%
Descumprimento de oferta	12%
Danos ou extravio de bagagem	12%
Outros	24%

Fonte: Procon-PR. Infografia: GP.

**“Um posto da Anac deveria ser instalado no aeroporto de Foz. Uma fiscalização efetiva também evitaria que as empresas agissem por conta própria. O aeroporto de Foz é uma terra sem leis onde cada companhia faz o que acha conveniente.”**

Mariana de Oliveira, professora

## Fiscalização firme reduziria pressão sobre a Justiça

Os Juizados especiais que operam nos seis aeroportos mais movimentados do país receberam 25.117 reclamações no ano passado. Destas, apenas 15,8% foram solucionadas.

Como faltam representantes das empresas nos terminais para deliberar sobre indenização, as queixas são empurradas para a Justiça comum. Além das deficiências no serviço, como a falta de informação ao usuário quando há atraso — uma das principais queixas aos Juizados — os passageiros reclamam dos valores das passagens, acima das tarifas internacionais.

Segundo o juiz Ricardo Chimenti, da Corregedoria Nacional de Justiça, o número de queixas é significativo. Ele destaca que uma fiscalização mais rigorosa por parte da Anac poderia gerar menos processos. “Se houvesse fiscalização mais firme, o serviço não falharia tanto, e os Juizados não seriam tão acionados”, observa.

José Carlos de Oliveira, especialista em direito administrativo da Unesp, de Franca, aponta que a falta de concorrência se reflete em preços elevados. “O mercado livre é o ideal para o desenvolvimento do setor, mas no Brasil não dá certo, resultando em problemas de atendimento, desrespeito ao consumidor e ineficiência das companhias”, afirma.

Jorge Eduardo Leal Medeiros, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), diz ainda que é preciso melhorar a estrutura aeroportuária e estimular a concorrência, com a aviação regional. “Hoje a questão é como sustentar os aeroportos menores. É preciso que o governo, por meio da Anac, faça um plano de investimento”, diz.

# GAZETA DO POVO

## 21 MAI 2012

### Multa indevida na distribuição de lucros durante parcelamento de tributos

GEROLDO AUGUSTO  
HAUER, G.A. Hauer &  
Advogados Associados -  
sócio fundador -  
geroldo@gahauer.com.br

**N**o universo de legislação que está a necessitar séria revisão, principalmente a nascida antes da "Constituição Cidadã" (1988), para modernizá-la ou revogá-la, considerável parte está sendo fustigada pelo Poder Judiciário.

Os tempos são outros, não só pelo lado político da democratização ocorrida após a vitoriosa luta de Ulisses Guimarães no Congresso e fora dele pela aprovação da Lei Magna, mas principalmente pelo vetor do progresso mundial, que nos envolve numa atmosfera de fortes alterações econômicas, num turbilhão de humanização de povos, de disputas acirradas pela sobrepopulação no selo das nações. É preciso entender que as empresas constituem uma força atuante em prol do bem comum, sem as quais impossível manter a própria coletividade sob uma mesma bandeira.

Mecanismos de proteção dos cofres estatais nascem diariamente e seu exagero faz com que a rebeldia dos contribuintes peça e obtenha o socorro da Justiça. Vêlo a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (grau recursal) confirmatoriamente, o caso de dis-

tribuição de lucros aos componentes de empresa cumpridora de parcelamento de dívidas federais. Uma lei rançosa nr. 4.357, de 1964 dispõe sobre proibição dessa distribuição quando a empresa é devedora à Fazenda Nacional. Primeiro pague-se ao governo, depois o trabalho de diretoria e capital dos investidores donos da máquina geradora de produtos, bens, empregos. Esse diploma legal manda aplicar uma multa de 50% do valor distribuído aos sócios (por quotas ou ações) quando não quite a pessoa jurídica junto ao Fisco.

Entretanto, assim não entende, afortunadamente, nossa Justiça, quando se depara com a presença de parcelamento de dívida e pontualidade de pagamento. Bem conhecidos dos empresários os já repetidos programas "REFIS" que dão oportunidade aos que são devedores mas têm condições de liquidar suas obrigações ao longo de até dez anos, continuar a produzir, sem o sufoco do imediatismo de cobrança judicial. Para aderir a um desses programas, ou mesmo, outros limitados em 60 meses - quando não lhes oferecida oportunidade de liquidação à vista com ponderáveis descontos de multas e juros - têm os devedores que praticar a confissão de dívida, iniciar o pagamento e lhe dar continuidade, com o que fica "suspensa a exigibilidade" do crédito. Grifou o Superior Tribunal de Justiça pelo voto do eminente Ministro Castro Meira, que o parcelamento já garante a dívida, complemen-

tando sua decisão afirmando que impedir (por imposição da multa de 50%) o pagamento das remunerações "atenta contra a própria razão de existir das pessoas jurídicas" que é a de permitir a divisão da riqueza gerada, entre os sócios.

No bojo da decisão ficou igualmente evidenciado que, muitas vezes a situação fática é de cumprimento do parcelamento já por longo tempo, quando, repentinamente o governo vem exigir a multa impositiva (por seu percentual absurdo) da distribuição de lucros. Textualmente, havendo pagamento regular das parcelas, o contribuinte está em situação de "regularidade" com a Receita Federal.

Nas lides diárias sentimos o quanto os órgãos do Poder Judiciário, em todas as instâncias, amparam os contribuintes quando se confrontam com situações inaceitáveis, em termos de equidade posta a perigo, por motivo de interpretações equivocadas a favor da arrecadação tributária, ou com a aplicação de leis e decretos que serão revogados, se não pelo Legislativo, então por nossos incansáveis Julgadores.

19 MAI 2012

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Transplante no olho errado

O que era para ser o começo de uma nova vida para a estudante de direito Jessica Vinhola, de 18 anos, virou tormento. A jovem sofre desde pequena de doença que atinge as duas córneas. Há dois anos, submeteu-se à cirurgia a laser e passou a ter 80% da visão do olho direito. Para resolver o problema no olho esquerdo, o transplante era a única saída. Depois de um ano de espera na fila, a operação foi realizada na quinta-feira, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Quando acordou, veio a decepção: a cirurgia foi feita no olho errado.

"Eu fiquei com muita raiva, fiquei muito nervosa quando percebi. Quando falaram que estava certo, pensei: será que eu é que estou errando os lados?" O Hospital de Clínicas se manifestou por meio de nota e admitiu a falha no procedimento. O HCPA salienta que realiza esse tipo de transplante desde 1988, com mais de 3 mil cirurgias desde então. "Apesar do processo de marcação ter sido inicialmente realizado no olho correto, o transplante ocorreu no olho não programado, provavelmente devido ao deslocamento do dispositivo de marcação" diz a nota.

### Nova cirurgia

Além de estudar direito, Jessica trabalha como auxiliar administrativa na Uniritter. O maior temor da jovem é perder toda a visão. Hoje a menina e a mãe voltaram ao hospital para se reunir com a equipe médica e receberam a garantia de que será feito um novo transplante.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TSE quer Curitiba modelo

19 MAI 2012

Com a implantação da biometria nas eleições municipais deste ano em Curitiba, quase 230 mil títulos eleitorais podem ter sido cancelados devido ao não comparecimento ao recadastramento. Apesar de parecer quantidade significativa, a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia Antunes Rocha, acredita que o número está dentro do resultado esperado.

"É normal que aconteça o cancelamento, mas isso não quer dizer que todos estivessem ativos", comenta. A expectativa do TSE com a primeira eleição biométrica em Curitiba é grande. "Estamos dando todo o suporte para que tudo dê certo porque queremos que a cidade seja exemplo para o Brasil", comenta.

Para ela, o sucesso da biometria é essencial para que o TSE dê continuidade ao cronograma de implantação do sistema no restante do País. A previsão é que a biometria esteja implantada em todos os municípios até 2023, mas Cármen garante que o TSE está se esforçando para concretizar essa meta até 2018.

### Preocupações

Em âmbito nacional, o TSE tem duas grandes preocupações. Para a ministra, a fiscalização das redes sociais não vai ser fácil, pois envolve o limite entre propaganda partidária e o que é opinião. "A liberdade de expressão é um direito garantido na Constituição. Por isso, o Judiciário não vai inibir a livre manifestação do povo", explica. A opinião da ministra sobre a Ficha Limpa é que se trata da "grande conquista da sociedade, mas é necessário ter cuidado para evitar a destruição de reputações, pois a dignidade humana também é direito constitucional", opina.



Cármen: suporte.



# TRIBUNA DO PARANÁ

## Alto risco

Estradas federais do PR têm 111 pontos vulneráveis à violência sexual contra crianças e adolescentes. PRF faz operação especial de repressão

# Não à exploração

19 MAI 2012

**A**s rodovias federais que cortam o Paraná possuem 111 pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes. É o que revela o mapeamento realizado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) com apoio da Childhood Brasil, da Secretaria de Direitos Humanos e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente a 2011 e 2012. O estudo foi divulgado ontem, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e revela uma redução de 33,9% em relação ao levantamento de 2009 e 2010, quando foram identificados 168 locais vulneráveis nas BRs do Estado.

A definição de pontos críticos não significa que a exploração sexual se consolide nestes locais, porém são grandes as chances de que isso aconteça. Além disso, as áreas mais críticas não são amplamente divulgadas, evitando que o abuso troque de lugar. Para combater a prática, a PRF realiza neste final de semana uma operação especial de sensibilização e repressão direcionada a hotéis, motéis, lanchonetes e estabelecimentos na beira da estrada, reforçado o alerta contra a violência a crianças e adolescentes. A pena para o crime é de até 12 anos de prisão. "Vamos intensificar a campanha, mostrando como as pessoas podem identificar os casos e a quem recorrer", afirma o inspetor da PRF no Paraná, Wilson Martines.

### Allados

Entre outras situações, é possível observar a exploração quando crianças e adolescentes entram ou saem

de veículos parados próximos às rodovias em situação suspeita. Nestes casos, a denúncia deve ser feita no Disque-Denúncia Nacional, Disque 100. "É muito importante, pois é a partir da denúncia que se elaboram as políticas públicas. Também é possível fazer a diferença trabalhando preventivamente, em especial na área de educação e saúde", ressalta a coordenadora do diagnóstico do Programa Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro (Pair) em Curitiba, Jandicleide Evangelista Lopes.

Os caminhoneiros são aliados especiais no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. "Eles estão nas rodovias todos os dias. São grandes agentes, que podem identificar, denunciar e também replicar a outros caminhoneiros", avalia Rosana Junqueira, coordenadora de programas da Childhood Brasil, que faz a mobilização com profissionais da estrada. A organização estuda a possibilidade de estender o mapeamento de pontos vulneráveis realizados com a PRF às rodovias estaduais em todo o País.

## Agressões a crianças: 45% dos casos

Dados preliminares da Secretaria Estadual da Saúde revelam que 45% (3.971) dos 8.775 casos de violência notificados nos serviços de saúde em 2010 e 2011 são de agressão contra crianças e adolescentes. "Os dados ainda não expressam a realidade da violência no Paraná, pois a notificação nos serviços de saúde ainda está sendo implementada nos municípios", afirma o superintendente de Vigilância em Saúde, Sezifredo Paz.

Negligência ou abandono é o tipo de violência mais característico em crianças (0 a 11 anos), representando 48% dos casos. A violência sexual aparece em segundo lugar, com 26,9% de incidência. Na sequência aparecem a violência física e a psicológica ou moral. Já na adolescência, prevalece a violência física, a sexual e a psicológica ou moral. O estupro é a principal forma de violência sexual contra a criança e o adolescente, totalizando 66,4% dos casos, seguido de assédio sexual (22,4%).

19 MAI 2012

# IMPACTO PARANÁ

## Desembargador Aniceto recebe título de Cidadão Honorário do Paraná

A Assembleia Legislativa viveu um momento muito especial na última segunda-feira (14), quando aconteceu a solenidade que homenageou o desembargador José Augusto Gomes Aniceto, do Tribunal de Justiça do Paraná, com o título de Cidadão Honorário do Paraná. Em seu pronunciamento, marcado pela emoção, o desembargador Aniceto recordou das dificuldades enfrentadas no cotidiano pelos magistrados, frisando que a carreira exige renúncias e ainda enfrenta a tirania das urgências.

O deputado Ney Lepra (PSD), proponente do título aprovado por unanimidade, enfatizou os momentos mais emblemáticos da carreira do magistrado e aproveitou a ocasião para externar seu apreço ao Poder Judiciário. "Deposítamos a mais plena confiança em nosso Poder Judiciário", ressaltou. Segundo o parlamentar, esse respeito entre os poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – é fundamental para o fortalecimento do sistema democrático no estado e no país.



# IMPACTO PARANÁ 19 MAI 2012

## O erro racial do Estado brasileiro através do STJ autoriza uso de cotas raciais para ingresso na universidade!

Os erros que oprimiram no passado a vida das pessoas de cor negra no podem justificar, que no presente, o estado brasileiro tente compensar a falha, construindo equivocadamente cotas raciais através de decisão do Supremo Tribunal Federal. O conceito de raça aplicado com qualquer sentido, e no caso atual para beneficiar as pessoas de cor negra, aprofunda na população a crença em raça, fazendo as pessoas pensarem em hierarquia de raças, com lideranças de raças ou cores e conseqüentemente em raças ou cores inferiores. O estado não pode legitimar o conceito de raça, para inclusão em universidade, mesmo que seja para corrigir uma injustiça social para com as pessoas de origem na cor negra. Disse o Ministro relator Ricardo Lewandowski que, se o conceito de raça foi utilizando no passado para excluir nos devemos utilizar agora, esse mesmo conceito, para incluir e depois utilizarmos o conceito de raça para destruí-la.

Um absurdo, uma afirmação intangível. Quando o estado usa o conceito de raça, o custo dessa solução mais danosa do que benéfica, pois os efeitos serão mais dramáticos. Nunca quando utiliza-se um conceito de raça ou cor, para qualquer tema, ele será para incluir uma raça ou cor dentro de uma sociedade, será sim para separá-la. A história ensina e dá exemplos danosos desses erros. Adolfo Hitler ao pretender separar a raça ariana deixou uma marca sinistra na história da humanidade. O conceito de raça ou cor ser sempre para separar, excluir ou subjugar.

Políticas públicas eficazes poderiam ser a solução, com bolsa de estudos, bolsa família já existente, todas financiadas pelo estado para que todos negros, brancos, amarelos, pardos ou de qualquer outra cor, sendo pobres, - SEM O CRITÉRIO RACIAL, - adquiram competência de competir para ingressar em universidades.

Na década de 70, nos EUA, colocou-se para inclusão de raças - o critério de cotas - e na mesma década a Suprema Corte Americana proibiu esse critério. Na verdade os mais vulneráveis dentro de qualquer sociedade - só os pobres - independente da cor da pele. A decisão do STJ cometeu uma injustiça gigantesca com os pobres brancos e os de outras cores quando decide pelo critério de cotas para os afro descendentes. É esse erro mais flagrante porque admite que cria essa AGRAVANTE ATITUDE RACIAL UMA VEZ QUE OS negros não conseguem melhor capacitação, para competir com igualdade com os brancos, porque são pobres! Pois então cabe as perguntas: - e como ficam os brancos pobres? - os índios pobres? - os amarelos pobres? - os ciganos pobres? - os roxos, azuis, etc... Os afros descendentes ricos e os de classe média, - ELES EXISTEM, - e ser justo que utilizem tais cotas, de cor, uma vez que tiveram igual oportunidade que os brancos das mesmas classes para conseguir um diploma universitário? Óbvio que não.

O estado deve buscar instrumentos para destruir o racismo, porque colorindo com o critério de cotas álbuns de formaturas das universidades irá aumentar o racismo. O Estado não pode criar marcos, colocando divisões entre as diversas cores principalmente a negra para quem as cotas foram criadas. Não podemos depois de mais de 2.400 anos, após Aristóteles, usar como fez o STJ, o que ele ensinava na Grécia antiga, quando disse que: ... a igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais... Se os homens não são iguais não podem receber direitos iguais afirmava Aristóteles! Consta na nossa Constituição, que o Estado não pode fazer segregação de direitos. Este pensamento de Aristóteles justificou por muito tempo a escravidão no mundo. Século XVIII começou um novo período no mundo com a tese iluminista (JEAN JACQUES ROUSSEAU escreveu em 1755 o Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens) a que rege a nossa constituição que diz: Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. ... Artigo VII Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Não tem como justificar que o STJ tenha poder para tratar os afros descendentes como desiguais dando a esse grupo garantias diferentes de outras origens.

**CONTINUA**

# IMPACTO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

19 MAI 2012

Para o Estado que tem por obrigação orientar a des-racialização das elites econômicas ou intelectuais do Brasil - nunca poderia permitir que se utilizasse justamente o critério de raças ou as cores dos afro descendentes, - uma vez que reforça a idéia de raças expondo diferenças e criando, por conseguinte um incentivo ao preconceito que deveria expurgar. A seleção do saber sempre dever ter como parâmetro o próprio saber e nunca uma seleção de cotas por cor da pele.

Esse critério de cotas, para ingresso na universidade, no o caminho para levar a sociedade para a luz do saber, mas para levá-la para a escuridão do racismo, da separação e do ódio entre os seres de origens diferentes. E para demonstrar mais um complicador desse equívoco do STJ cabe a pergunta a cada um dos ministros que votaram a favor das cotas para ingresso nas universidades: Se você tivesse de operar o seu coração - sabendo que teria de escolher entre dois médicos - apenas com a informação que: um entrou na universidade pela classificação natural do vestibular e o outro pelo critério de cotas, qual seria a médico de sua escolha? A mesma pergunta, apenas mudando para engenharia também poderia ser feita: Qual dos dois você escolheria para fazer um prédio? Porque estamos entrando no primeiro mundo não significa que tenhamos de errar como os países de primeiro mundo erraram no passado. Eles corrigiram seu rumo e hoje proibem essa marca de divisão racial. Desigualdades sociais se corrigem com políticas sociais eficazes e nunca classificando e separando as pessoas pelas cores. (Por Guilherme Aurélio Camargo)

# IMPACTO PARANÁ

19 MAI 2012

E AGORA? COMO É  
QUE EU FAÇO? QUEM  
VAI PEDIR A CHAVE  
DO PSDB DE VOLTA,  
QUE ESTÁ COM  
O DEROSSO?



Rodrigo Rossoni, o filho de Valdir Rossoni, atual presidente do PSDB, embora tenha sido cassado por abuso do poder econômico como Prefeito de Bituruna, sente-se livre, leve e solto em relação a uma possível expulsão de partido que possa impedi-lo politicamente. Se João Claudio Derosso foi punido com ameaça de expulsão porque o papai Valdir Rossoni não agiu com o mesmo rigor em relação a seu filho, é a curiosidade dos moralistas de plantão.

## PROCESSO CONTRA ROSSONI CONTINUA TRAMITANDO

Com relator debruçado em cima da Ação Popular, e respostas dadas aos vários quesitos levantados em processo que tramita na Justiça, Valdir Rossoni aguarda o andamento de uma situação que incomoda.

Inexplicavelmente, o esquema Gazeta-RPC não divulgou uma linha sequer a respeito destas duas ações populares movidas contra o presidente da Assembleia Legislativa, o que torna a situação bastante suspeita.

Explicar a devolução de um cheque de R\$ 90 milhões, em cuja cerimônia de entrega chegou a comprometer a imagem do governador, é a situação difícil para Valdir Rossoni na atualidade.

Não é pelo fato de ser denunciado em algumas ações do MP que o cidadão não tenha o mesmo di-



reito de questionar certas dúvidas a respeito do que realmente aconteceu com aquela vultuosa verba que disseram ter sido devolvida aos cofres públicos.

Abib Miguel é o autor destes questionamentos colocando em dúvida vários aspectos de uma situação bastante suspeita conforme os argumentos de duas ações populares.

# 19 MAI 2012

## IMPACTO PARANÁ

### GRANDE STF

Quando pintou a dúvida sobre a Lei do Ficha Limpa, o STF declarou o impedimento dos réus de participar de eleições. Enterrou a tal presunção de inocência, aquele papo de que ninguém é culpado até o julgamento final. Agora, como falam cadelas no país, o mesmo STF decide que traficante preso EM FLAGRANTE, lotado de drogas, não deve ficar preso. Tem direito imediato à liberdade provisória. Para os traficantes, ressuscitaram a presunção de inocência. Maravilha.



**Nelson Justus** bem que poderia abrir os verdadeiros diários secretos dos tempos em que o grupo Gazeta-RPC deltava e rolava, desde os tempos do Aníbal Khury, não apenas em relação à Assembleia Legislativa, mas especialmente no que diz respeito aos governos paranaenses desde os tempos do Richa, Alvaro, Lerner, Requião e outros. Se é para escancarar de vez o passado político paranaense que não se deixe pedra sobre pedra escolhendo apenas alguns que interessam sejam atingidos pelas farpas da moral e dos bons costumes.



**Carli Filho**, o ex-deputado responsável por acidente que matou dois jovens em polêmico acidente na Ecoville em Curitiba, continua livre, leve e solto depois de três anos da ocorrência. No último dia 7 foi registrada a lembrança de três anos do citado registro e permanece a expectativa em torno de um júri popular para definir de vez a responsabilidade daquela ocorrência. Por enquanto permanece a briga de acusação e defesa na esfera da Justiça, enquanto a Mãe de um dos jovens, Cristiane Yared, continua sendo imagem presente em todos os momentos nos quais se lembra o lamentável registro de algum acidente mais ou menos parecido.

### JUSTIÇA BRASILEIRA

Agora é crime o enriquecimento ilícito e o criminoso obrigado a devolver o dinheiro roubado. Anotem só este ano histórico: 2012.



**José Lúcio Glomb**, presidente da OAB-PR, levou um "chega prá lá", de parte do deputado Fábio Carmargo, e não reagiu como muitos imaginavam. Pronunciamento do parlamentar que chegou a ridicularizar o presidente de uma entidade do porte da OAB em nosso Estado, deixou claro que o mesmo sentiu o golpe e preferiu não deixar prosperar a imagem que ficou no ar pela constante busca aos holofotes que vinham caracterizando sua presença quase semanal na mídia encomendada.

19 MAI 2012

## IMPACTO PARANÁ

# Auditor da Receita Estadual é condenado a 35 anos de prisão

O juiz da 11ª Vara Criminal de Curitiba Antonio Carlos Schiabel Filho condenou um auditor fiscal da Receita Estadual do Paraná a 35 anos de prisão, ao pagamento de 398 dias-multa (equivalente ao valor 54 mil reais) e à perda do cargo público. O auditor foi condenado pelo crime de inserção de dados falsos em sistema de informação, previsto no artigo 313-A do Código Penal.

O auditor fiscal foi processado pelo Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária, em 18 de fevereiro de 2011, e a sentença foi publicada em 16 de abril de 2012. Segundo o MP, Geraldo Atsumi Yamada alterava contas correntes fiscais de contribuintes de ICMS (Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), através do uso de senha e chave de uso exclusivo dos servidores da Receita. As fraudes ao sistema foram detectadas pela Corregedoria da Receita Estadual, no período de julho de 2008 a fevereiro de 2010, e teriam beneficiado cinco empresas diferentes, causando um prejuízo de R\$ 1,6 milhão ao Estado do Paraná.

O réu ainda pode recorrer da decisão. (Assessoria de Comunicação - Ministério Público do Paraná)

**NR**— Se existe um corrupto está claro que existem os que foram beneficiados com este ato. As empresas e seus proprietários foram punidos de que forma? Só devolvendo o que roubaram? Ou vão pegar uma pena no mínimo parecida com essa? Muita gente me perguntou isso. Acredito que o processo para tal deve estar ainda correndo. Assim o espero.

# FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

## Dilemas da Justiça

19 MAI 2012

**SÃO PAULO** - É com imenso atraso que comento a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de obrigar um pai a indenizar a filha em R\$ 200 mil por abandono afetivo. O que me interessa aqui não é o caso concreto, mas a concepção filosófica de direito que está soprando em Brasília.

Com esse acórdão, o STJ está dizendo que é função do Judiciário induzir os cidadãos a ser virtuosos (prover os filhos com afeto e não só com os meios de subsistência). É uma afirmação complicada e com importantes implicações.

Demorei tanto a discutir o caso porque quis antes terminar de ler "Justiça: O Que É Fazer a Coisa Certa", de Michael Sandel, em que o autor defende justamente que adotemos uma ética baseada na virtude.

O livro é excelente, mas não me convenceu inteiramente. Sandel expõe com maestria os pontos fortes e os problemas de vários sistemas éticos e teorias da justiça, com destaque para o utilitarismo e as visões de Immanuel Kant e John Rawls.

Sandel sustenta que esses modelos pecam por tentar aplicar ao Estado e à Justiça uma neutralidade impossível, que evita emitir juízos morais. Um exemplo: não se discute se o casamento homossexual é certo ou errado, mas, sim, se os gays devem ter ou não direito a ele. Para o autor, precisamos, como ensinava Aristóteles há quase 2.500 anos, julgar as coisas segundo os seus propósitos, isto é, segundo uma ética da virtude.

Em termos puramente filosóficos, Sandel tem razão. É impossível renunciar aos juízos de valor e nós não o fazemos na maioria de nossas interações sociais. Quando se trata de legislar e sentenciar, porém, acho que vale a pena insistir na neutralidade, isto é, na ideia de que não cabe ao Estado determinar como o cidadão deve viver sua vida. Ainda que ela tenha algo de ficcional, incute um pouco de prudência a parlamentares e juízes, o que tende a reduzir o ímpeto daqueles que pretendem impor suas verdades pessoais a todos.



19 MAI 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Justiça quebra sigilo de presidente do TJ-SP já morto e de sua viúva

A Justiça de São Paulo decretou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo Antonio Carlos Viana Santos, morto em 2011, e da viúva dele, a advogada Maria Luíza.

A medida foi determinada após pedido do Ministério Público de São Paulo, que conduz um inquérito civil para apurar o suposto enriquecimento ilícito do casal por meio da venda de sentenças e tráfico de influência.

No inquérito, a Procuradoria investiga denúncia que indica uma negociação para privilegiar um pecuarista e ex-prefeito em uma causa do TJ, em troca do pagamento de propina ao desembargador, então presidente da corte.

Santos assumiu a direção do TJ em 2010 e foi encontrado morto em casa no dia 26 de janeiro do ano passado.

O advogado de Maria Luíza, Edson Sampaio, afirmou que "o Ministério Público está sendo midiático, porque o inquérito correu sem que ela [a viúva] fosse ouvida", e que a advogada forneceria à Procuradoria todas as informações para mostrar que não cometeu quaisquer crimes.

O advogado dos herdeiros de Viana Santos, João Augusto Porto Costa, disse que a família do magistrado não foi notificada sobre o teor do inquérito, mas foi consultada e não se opôs à quebra dos sigilos, "por confiar no trabalho do Ministério Público".

### Defensores iniciam campanha nacional

A Associação Nacional dos Defensores Públicos lançou ontem a campanha "Ensinar, prevenir, conciliar" para conscientizar a população sobre seus direitos e mostrar a atribuição

das Defensorias de promover acordos, evitando a judicialização das demandas. A campanha inclui palestras, cursos, mutirões de conciliação e a distribuição de 15 mil cartilhas.

19 MAI 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Ministro promete relatório do mensalão 'o mais breve possível'

Entrega de texto de Lewandowski é último passo para que julgamento possa começar

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Revisor da ação penal que julgará o mensalão, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski disse ontem que está trabalhando "intensamente" para concluir o seu relatório.

A entrega do texto é o último passo que falta para o julgamento da ação começar.

"Nós estamos trabalhando intensamente nesse processo. A equipe do meu gabinete está praticamente toda dedicada a isso", afirmou o ministro, que participou em Curitiba do Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral.

"Este ano ainda julgaremos. A expectativa é não apenas dos ministros [do STF], mas da sociedade brasileira e também minha", afirmou.

Ele disse que entregará o relatório "o mais breve possí-

vel", mas não falou em datas.

O ministro afirmou que também está ocupado com outras questões, como relatoria de processo da CPI do Cachoeira.

Também no congresso, a ministra Cármen Lúcia disse que está preparada para votar no processo do mensalão.

"Eu tenho estudado o processo há algum tempo e, da minha parte, estarei habilitada a votar na hora em que ele for colocado em pauta."

A ação penal do caso, maior escândalo do governo Lula, já foi relatada pelo ministro Joaquim Barbosa. O julgamento, agora, só depende da liberação do processo por Lewandowski, que revisa o relatório.

O STF corre contra o tempo, segundo Carlos Ayres Britto, se o julgamento do for concluído até 30 de junho, ficará para o ano que vem.

## MÔNICA BERGAMO

### REFORÇO

O publicitário Duda Mendonça contratou o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, para defendê-lo no julgamento do mensalão no STF (Supremo Tribunal Federal).

### LIMITE

Duda, acusado de lavagem de dinheiro e evasão de divisas, está entre os réus que, se condenados, não teriam direito a penas alternativas, só à de prisão. É que, em seu caso, elas variariam de 8 a 32 anos — e a sanção alternativa é dada para período menor que quatro anos.

# FOLHA DE S. PAULO

WALTER CENEVIVA

## Comissão 19 MAI 2012 parlamentar em foco

**Se o Congresso se dispuser  
a apurar condutas  
irregulares, será possível  
o encontro da verdade**

*DOIS FATOS legais chamam nossa atenção nestes dias. O primeiro, sobre o mensalão, com a denúncia pelo Ministério Público a ser julgada no STF (Supremo Tribunal Federal). A preocupação maior está na esperança de ver inocentados os inocentes e punidos os culpados, no julgamento pela Justiça, sem que ninguém seja beneficiado pela prescrição de delitos comprovados. O segundo fato é o da comissão parlamentar, no começo de seus trabalhos, ainda centrados nas relações do duo Demóstenes e Cachoeira, com as dúvidas noticiadas. A agitação política tende a perturbar a compreensão da população, com a pluralidade das versões proclamadas.*

*Paira no ar o perigo da prescrição, no primeiro caso. No segundo, a semana tratou o rol dos envolvidos e dos liberados por acertos políticos. Não há deficiência da lei. A norma constitucional, reguladora das comissões parlamentares de inquérito, é rigorosa. Observada por inteiro, mesmo com a presença de membros dos partidos dos acusados, há meios para chegar à verdade, se afastada a política pela maioria.*

*No trabalho das comissões parlamentares permanentes (Constituição, art. 58), o andamento é geralmente estranho à atenção pública, mesmo sendo formadas sob o critério essencial de acolher "tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares" em cada Casa do Congresso.*

*A comissão parlamentar de inquérito não é permanente. No passado os interesses políticos prepon-*

*deravam, pondo dúvida sobre a seriedade do Poder Legislativo, levado, muitas vezes, pelas pressões externas. Em meu livro "Direito Constitucional Brasileiro" (Saraiva, 475 páginas) escrevi que "distintas das comissões ordinárias, as comissões parlamentares de inquérito, demais dos poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais, têm outros, especiais e compatíveis com sua finalidade, previstos no regimento interno da Casa respectiva".*

*A expressão "poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais" aponta a predominância da ação de levantar fatos e identificar seus autores, respeitada a ampla defesa e assegurado o contraditório, para identificar os culpados e preservar os não culpados. Tudo sob as regras do direito. Exemplo: na jurisprudência ficou admitido que a testemunha compromissada em dizer a verdade pode omiti-la ou manter-se em silêncio para não revelar fato que a incrimine. É um direito constitucional do interrogado.*

*O poder investigatório das comissões é limitado a fatos determinados. No livro mencionado escrevi que "se no trabalho investigativo afloram irregularidades não relacionadas com os elementos justificadores de sua criação, outra ou outras comissões poderão ser formadas para os averiguar. A requisição de informações bancárias e a quebra do sigilo incluem-se no rol dos direitos fundamentais". É bom que seja assim, por mais decepcionantes que sejam os acertos políticos dos interessados.*

*As regras constitucionais dão garantia de que, se o Congresso se dispuser a apurar condutas irregulares, será possível o encontro da verdade, para separar o joio do trigo e elogiar a apuração de culpas e inocências. Se houver erros ou distorções, a culpa será dos aplicadores da lei e não da própria lei.*

19 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Vítimas do acidente no metrô vão pedir indenização à Justiça

Pelo menos 60 passageiros procuraram associação de advogados em SP para exigir ressarcimento da estatal

**Valor pode chegar a R\$ 50 mil por usuário; Metrô tem telefone para atender pessoas que se sintam prejudicadas**

Pelo menos 60 pessoas vão pedir indenização ao Metrô por causa do acidente, na quarta, na linha 3-vermelha.

Os passageiros procuraram a Acrimesp (associação de advogados criminalistas).

Segundo Ademar Gomes, presidente da entidade, os valores pedidos variam.

"Devemos entrar com pedido de indenização daqui a 10 ou 15 dias. O valor mínimo será de R\$ 5.000, mas penso que pode atingir R\$ 50 mil."

Janaína Siqueira, 31, afirma que o grupo de passageiros telefonou para ela. "Deve ter sido por algum registro no atendimento médico," conta. Ela afirma que ganhava R\$ 2.000 por mês "para cuidar de um idoso", mas que agora ficou desempregada.

"Estou com o braço imobilizado e tomei cinco pontos na região da nuca."

## DIREITOS

Caso alguém queira pedir indenização por dano material —relativo a bem material, (celular quebrado, por exemplo)— deve ir diretamente ao Juizado Especial Cível, segundo o advogado do Idéc Flavio Siqueira Júnior.

No caso de indenização por dano moral, por forte constrangimento ou grande risco, o procedimento é o mesmo. Segundo o advogado Siqueira Júnior, para pedidos acima de R\$ 40 mil, deve-se recorrer à Justiça comum.

"Para alguém, ficar fechado num trem por determinado tempo sem informação é constrangimento, para outros não. E varia de caso a caso, da interpretação", diz.

O aposentado Sadao Ishii, 60, teve os óculos quebrados no acidente, mas não sabe se o Metrô é obrigado a pagar.

Nesse caso "a responsabilidade é do Estado e ele é obrigado a ressarcir", diz o advogado Igor Tamasauskas.

A mesma opinião tem o diretor executivo do Procon, Paulo Arthur Góes.

O telefone de informações do Metrô vai atender pessoas envolvidas no acidente (0800-770-7722) todos os dias, das 5h30 às 23h30.

Segundo o Procon, o ideal é que o passageiro que se sinta prejudicado tenha meios de indicar que utiliza o metrô em seus deslocamentos, apontando, por exemplo, endereço de casa e do trabalho.

20 MAI 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Superlotadas, prisões têm entrada recorde de detentos

Em quatro meses de 2012, SP ganha quase o mesmo número de presos do ano passado

**Para abrigar mais presidiários, governo teria que erguer, a cada 11 dias, uma nova penitenciária no Estado**

O superlotado sistema penitenciário de SP ganhou neste ano, em pouco mais de quatro meses, quase o mesmo número de presos do ano passado, contingente suficiente para lotar 12 presídios.

A população encarcerada cresceu 9.216 presos neste ano — em 2011 inteiro, foram 9.504. Considerando o padrão paulista (unidades de 768 vagas), daria para encher uma prisão a cada 11 dias.

Desde 2008 foram abertas apenas 9.890 vagas. As oito unidades inauguradas pelo ex-governador José Serra (PSDB) já estão superlotadas.

Entre elas, o Centro de Detenção Provisória Pinheiros 4, na capital, com 1.740 presos onde cabem 512. Uma a cada três prisões abriga ao menos o dobro do ideal. O déficit total é de 80 mil vagas.

Desde que Geraldo Alckmin (PSDB) assumiu pela primeira vez, em 2001, o total de presos dobrou. No período, a população de SP cresceu 12%.

O principal plano do governo para o problema começou a ser traçado por Serra em 2008, com o Plano de Expansão de Unidades Prisionais, que previa mais 49 presídios.

Até agora, sete deles foram inaugurados. Há outros 16 em construção, sete na fase de licitação e mais seis na etapa de definição e desapropriação das áreas. Concluído, o plano irá criar 39 mil vagas.

O ritmo não é o adequado, diz o secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, porque o governo enfrenta dificuldades de toda ordem. "Há repúdios, abaixo-assinados, passeatas, carreatas, ações judiciais, prefeitos contra, impugnação dos editais por empresas."

Por conta disso, o Estado

também investe em penas alternativas, busca apoio do Judiciário para acelerar ações penais e articula parcerias.

Para Daniela Cembranelli, defensora pública-geral do Estado, o problema é nacional: em 20 anos, cresceu três vezes o total de presos no país. "É resultado de uma política que elegeu o encarceramento como solução."

Para o secretário, a situação mostra a eficiência da polícia: "Há crime, há prisão."

Especialista em violência, Ignacio Cano, da Uerj, lembra que há muitos mandados de prisão não cumpridos. "Se a polícia fizer 100% o seu trabalho, seria preciso duplicar o número de vagas", diz.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

### Falta alternativa à prisão, dizem especialistas

Há consenso entre governo paulista, Defensoria Pública e o professor Ignacio Cano, que atua no Laboratório de Análise da Violência da Uerj: é preciso investir em penas alternativas, mas não há como deixar de construir presídios.

Para a defensora pública-geral do Estado, Daniela Cembranelli, novas prisões são necessárias para zelar pelas condições de encarceramento do preso. Ela e Cano acham que a solução precisa combinar melhor assistência do Estado à defesa do preso e oferta de alternativas a crimes de menor potencial.

Segundo Cembranelli, há um certo conservadorismo do Judiciário paulista na aplicação de medidas que não sejam a prisão.

"Vai levar tempo para aplicar penas alternativas." Isso poderia ser facilitado, diz, se o preso tivesse uma defesa efetiva desde a prisão. Ela conta que há 160 defensores públicos na área criminal e 46 na de execuções penais, o que dá quase um profissional para cada mil presos. Segundo Cano, precisa reduzir o número de preso provisório e que a Justiça apoie o Estado para reduzir a população carcerária. "O governo tem de se sentar com o Judiciário."

E o que o Estado tem feito, diz Lourival Gomes, secretário da Administração Penitenciária. Segundo Gomes, ele e Alckmin (PSDB) discutiram com o presidente do Tribunal de Justiça, Ivan Sartori, e o corregedor-geral do TJ, José Renato Nalini, a agilização de ações, o que rendeu a soltura de 670 presos em Franco da Rocha e outras 342 detentas na penitenciária de Butantã.

"Não vamos soltar presos indiscriminadamente, mas aqueles que atendem aos requisitos exigidos pela lei."

# FOLHA DE S. PAULO

## O BOOM NOS PRESÍDIOS DE SP

Desde 2001, população carcerária dobrou

Número de presos no ano de 2011

**9.504**

Número de presos em 2012 (até 7.mai)

**9.216**

**20 MAI 2012**

Fev.2001

**94.251 presos**

### OS 10 PRESÍDIOS MAIS LOTADOS

	Capacidade	Lotação
a) CDP de Santo André	512	1.769
b) CDP Pinheiros 4	512	1.740
c) CDP Vila Independência (São Paulo)	768	2.409
d) CDP Guarulhos 2	768	2.408
e) CDP Piracicaba	548	1.699
f) Penitenciária Pirajuf 1	500	1.494
g) Penitenciária Hortolândia 1	538	1.584
h) CDP de Itapeverica da Serra	782	2.288
i) CDP de São Bernardo do Campo	768	2.240
j) CDP Pinheiros 2	512	1.490

Abr.2012

**188.518 presos**

**12%**

foi o aumento da população civil no mesmo período

**100%**

foi a variação no número de presos

20 MAI 2012

## FOLHA DE S. PAULO

ELIO GASPARI

# A Procuradoria-Geral tarda, e tarda

EM OUTUBRO de 2010 o estudante Marco Paulo dos Santos, um negro evangélico de 24 anos, era estagiário no Superior Tribunal de Justiça, foi à agência do Banco do Brasil que funciona no prédio e esperava sua vez para usar um terminal. Pela sua narrativa, havia um senhor operando a máquina e ele aguardava sua vez atrás da linha demarcatória. A certa altura, o cidadão voltou-se, dizendo: "Quer sair daqui?" Marco explicou-lhe que estava no lugar adequado, mas não convenceu: "Como eu não saí, ele se apresentou: 'Sou Ari Pargendler, presidente do STJ, e você está demitido. Isso aqui para você acabou'. Pargendler teria puxado o crachá do rapaz para ver seu nome. Uma hora depois, Marco recebeu uma carta de demissão por ter cometido "falta gravíssima de respeito".

Marco Paulo deu queixa na 5ª Delegacia da Polícia Civil, e uma testemunha corroborou sua versão. Pargendler, presidente do "Tribunal da Cidadania", não se pronunciou. O processo contra o doutor por agressão moral foi remetido ao Supremo Tribunal Federal, sob sigilo. Felizmente, o ministro Celso de Mello tirou-o do segredo e remeteu os autos à Procuradoria-Geral da República, para que verificasse "a exata adequação típica dos fatos narrados neste procedimento penal". No dia 17 de dezembro de 2010 o processo foi para as mãos da subprocuradora-geral Cláudia Sampaio Marques. Cadê?

Quando completou-se um ano de espera, Marco Paulo disse ao repórter Frederico Vasconcelos que "entregou o caso nas mãos de Deus". Fez muito bem, porque, em condições normais, a Procuradoria teria cumprido sua tarefa em dois meses.

**O episódio do presidente do STJ com um estagiário está mofando, mas não reclame, isso é coisa de mensaleiro**

No dia 7 de março a doutora Sampaio Marques devolveu o processo e, a dia 14 de abril, ele foi redistribuído para o procurador-geral Roberto Gurgel, seu marido. Explicação? Nem pensar.

Èremildo é um idiota e, ao lembrar que a Operação Vegas ficou para com o doutor Gurgel durante quase três anos, convenceu-se de que não se deve falar do caso de Marco Paulo, pois isso é coisa de "pessoas que estão morrendo de medo do julgamento do mensalão".

## PAINEL

**Palavrão** Para além da discussão sobre se os principais réus do mensalão serão ou não condenados no STF, advogados do processo já se debruçam sobre cálculos a respeito da chamada "dosimetria" das penas, que vai definir, na prática, se alguns correm risco de ser presos.

**Abaco** Além de decidir se os 37 réus cometeram os crimes que lhes são imputados, os ministros da corte terão de indicar, em caso de condenação, qual a pena para cada um. A sentença final pode ser a média dos 11 votos.

**Imobiliária** Com o julgamento se aproximando, os principais escritórios de advocacia do país já começam a reservar salas comerciais e flats para seus profissionais, que devem se mudar para Brasília por um período entre três semanas e um mês.

# FOLHA DE S. PAULO

## Com os negros, o Brasil poderá mais

JOSÉ VICENTE

Nos últimos 15 anos, a ação do governo, do Congresso e da mídia ajudou o país a ter mais negros em postos de prestígio no seu mercado de trabalho

21 MAI 2012

Em 1995, uma pesquisa realizada pelo Datafolha apontou que 89% de brasileiros aceitavam a existência do racismo no país. Somente 10% deles confessavam que já teriam discriminado negros.

Em 2001, quando a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), pioneiramente, criou cotas para negros no ensino superior, conforme pesquisa do Ipea, os universitários brasileiros eram 97% de brancos. Os professores, pesquisadores e cientistas negros somavam 1%.

Os negros compunham 70% dos que viviam abaixo da linha da pobreza e 63% do quadro dos pobres. Em 2001, era quase impossível encontrar um general negro, um almirante negro, um embaixador negro, um executivo negro comandando qualquer grande empresa do país.

Como se vê e sempre se soube, as relações entre negros e brancos no Brasil se estruturaram sob uma visão de racismo sem racistas e em uma concepção ambígua e irracional de que racismo e discriminação racial não existem, por que a ciência decretou que raças não existem — se distorção houver, é a discriminação social que mantém negros e brancos separados e desiguais.

Na sociedade escravista, a ciência não impediu que os negros fossem escravizados. Na sociedade da razão e do mercado, não permitiu que pudessem usufruir o ideal republicano de iguais, tidos por ela como integrantes de raça inferior.

No plano político real, nossa mistura de raças e nossa identidade mestiça de brancos, negros e índios esteve longe de significar integração e participação em pé de igualdade.

Apesar de patrimônio coletivo, nossa identidade tripartida tem servido como ideologia articulada que,

negando o racismo e diluindo o racial no social, mantém privilégios, oportunidades, vantagens e estética social exclusiva, da qual os negros não participam.

Uma república de poucos e uma democracia de desiguais que segrega e interdita os acessos aos 51% dos brasileiros autodeclarados negros.

Apesar dos pesares e a despeito dessas visões e crenças equivocadas ultrapassadas, nos últimos 15 anos a conscientização e o comprometimento de destacados setores da sociedade, do governo, do Congresso e da mídia nacional na defesa e valorização da diversidade e igualdade étnico-racial e no combate à discriminação contra os negros, contribuíram para algumas mudanças.

A criação das políticas afirmativas de cotas para negros nas universidades públicas e, nas universidades privadas, do ProUni e outras importantes realizações resultaram no aumento expressivo dos negros no mercado de trabalho, em postos de prestígio da alta administração e mesmo na comunicação e estética social.

Se não é tudo que podemos (e não é), essas pioneiras e limitadas realizações e seus incipientes resultados nos permitiram sair do lugar comum e agir criativamente pra construir consensos e mudanças para colocar o país como uma república moderna, acessível e disponível a todos.

Por isso, era preciso seguir adiante, era preciso ir além.

A corajosa decisão do Supremo Tribunal Federal, que aprovou a constitucionalidade de cotas para negros no ensino superior, nos libertou das amarras de um falso dilema e devolveu o país aos trilhos da racionalidade.

Não abandonou os negros e honrou todos os brasileiros. Fortaleceu a justiça e definiu os fundamentos que permitirão a celebração verdadeira da nossa identidade e diversidade racial. Impediu que nos tornássemos gigante de pés de barro.

Com os negros, o Brasil fica mais coeso, mais fortalecido, mais produtivo, mais criativo, mais competitivo, mais colorido e melhor. Com os negros, o Brasil poderá mais.

JOSÉ VICENTE, 52, advogado, é reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares



# 21 MAI 2012

## FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

### GRAMPO COM ÁUDIO

O senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO), que vai depor no Comitê de Ética do Senado no dia 28, foi aconselhado por seus advogados a não falar sobre os grampos em que foi flagrado conversando com Carlinhos Cachoeira. É que a defesa dele tenta desqualificar as gravações no STF (Supremo Tribunal Federal), argumentando que não podem ser usadas como prova contra ele.

### BEM ALTO

A tendência de Demóstenes, até agora, é falar.

### FANTASMA

É o senador revelou a colegas que o procuram que seu temor maior, caso perca o mandato e o foro privilegiado no STF, é o de ser preso. Há precedente: Jader Barbalho (PMDB-PA) renunciou ao mandato de senador em 2001 e foi preso em 2002.

### PAINEL

**Revezamento** Se ficar mesmo para logo depois do recesso, o julgamento do mensalão vai coincidir com a Olimpíada de Londres. Por conta do fuso, as principais disputas por medalha ocorreriam exatamente durante as longas sessões do STF.



# 21 MAI 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Ministro Lewandowski recebe título de cidadão honorário

Em sessão solene realizada na sexta-feira (18), durante o 3º Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral promovido no auditório Mario de Mari, da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a Assembleia Legislativa entregou ao ministro do Supremo Tribunal Federal Enrique Ricardo Lewandowski o título de Cidadão Honorário do Paraná. A iniciativa da homenagem partiu da Comissão Executiva da Casa, como forma de reconhecimento à extensa folha de serviços prestados ao País por Lewandowski.

O ministro se mostrou profundamente honrado e agradecido, principalmente pelo fato da homenagem partir de um Estado "progressista e avançado como o Paraná, que representa um amálgama de etnias trabalhando lado a lado, sintetizando num microcosmo o universo da nação brasileira. Essa mescla de etnias, convivendo de forma perfeitamente integrada, talvez indique que sejamos a nação mais preparada para estes tempos de globalização", observou.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONSTITUCIONALIDADE

21 MAI 2012

## Supremo pode relativizar decisão sobre guerra fiscal

Supremo vai discutir os efeitos práticos de sua decisão e definir qual deve ser a interpretação

**D**epois de já declarada a inconstitucionalidade da guerra fiscal, o Supremo Tribunal Federal ainda deverá enfrentar outro longo embate jurídico relacionado ao tema. Os ministros deverão debater o que fazer com os benefícios recebidos pelo contribuinte ao longo dos anos em que as batalhas da guerra fiscal ainda eram constitucionais.

Quem levanta a questão é o advogado Pedro Guilherme Accorsi Lunardelli, conselheiro do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), do Ministério da Fazenda. Segundo ele, depois de vencido o problema da guerra fiscal, agora o Supremo deverá discutir os efeitos práticos de sua decisão e definir qual deve ser a interpretação correta dada aos benefícios fiscais concedidos pelos estados a contribuintes.

Em análise da tendência jurisprudencial do Supremo, Lunardelli aponta para duas direções. Ou o STF aplica um entendimento formal à declaração de inconstitucionalidade, e declara que todos os benefícios concedidos durante a guerra fiscal são nulos, ou entende pela modulação da decisão – os benefícios de antes da declaração de inconstitucionalidade valem, e não devem ser ressarcidos às fazendas estaduais, e apenas os dali para frente é que são ilegais. A segunda hipótese é a que mais agrada estados e contribuintes.

No mês passado, o Supremo Tribunal Federal publicou o edita) de uma proposta de súmula vinculante para sepultar de vez a guerra fiscal. O texto, proposto pelo ministro Gilmar Mendes, declara inconstitucional qualquer benefício, isenção, incentivo ou redução da alíquota da base de cálculo do ICMS que não tenha sido aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Na opinião de Lunardelli, esta será uma boa medida, se aprovada. Regulamenta, por meio de jurisprudência, o que o Judiciário deve fazer quando se deparar com o problema, ao mesmo tempo em que envia aos contribuintes e aos estados uma mensagem clara: benefícios parciais concedidos sem autorização do Confaz não têm validade.

### ATOS NULOS

Resolvido o que fazer de agora em diante, o problema passa a ser o passado. Lunardelli faz a seguinte análise: empresas receberam benefícios, até então legais, dos estados. Desenvolveram-se por conta deles, ao passo que os estados cresceram, geraram empregos e também se desenvolveram – também por conta desses benefícios. Alguns desses benefícios têm mais de dez anos de idade.

O advogado, então, levanta a questão sobre a nulidade de ato jurídico decorrente de norma inconstitucional. Em palestra durante o 1º

Congresso de Direito Tributário da Associação dos Juizes Federais de São Paulo (Ajufesp), nesta quinta-feira (17/5) na sede da Federação das Indústrias de São Paulo, Lunardelli apresentou um grande levantamento jurisprudencial sobre como o Supremo tem se posicionado em questões semelhantes.

Em Ação Direta de Inconstitucionalidade de 1992, o Supremo decidiu que "atos inconstitucionais são, por isso mesmo, nulos e destituídos, em consequência, de qualquer carga de eficácia jurídica". Os ministros discutiam a validade jurídica de fatos ocorridos em decorrência de uma lei inconstitucional, antes da declaração de sua inconstitucionalidade.

21 MAI 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Arrecadação da OAB-SP quadruplica em dez anos, mas despesa também

O próximo presidente da seccional paulista da Ordem dos Advogados do Brasil deverá encontrar uma arrecadação crescente e um superávit no sentido contrário. Embora a arrecadação só cresça, o superávit da entidade caiu na última demonstração contábil disponibilizada pela controladoria da OAB-SP, o que reflete o aumento da despesa.

Quando a entidade arrecadava cerca de R\$ 40 milhões, no ano 2000, tinha um superávit de R\$ 12,3 milhões, enquanto que em 2010 (última demonstração disponível), foram arrecadados aproximadamente R\$ 165 mi-

lhões, mas o superávit registrado foi de R\$ 5,7 milhões. Vale ressaltar também que as contribuições de sociedades, embora tenham aumentado significativamente, ainda representam muito pouco para a receita da OAB-SP.

### LADO A LADO

Na última quinta-feira (10/5), o pré-candidato à presidência da OAB-SP Alberto Zacharias Toron apresentou suas propostas para cerca de 200 advogados durante um coquetel. Ao lado de Toron, durante o discurso, estava Sônia Mascaro, que também se apresenta como pré-candidata ao

cargo. A fala do criminalista teve início abordando o que chamou de "sonho de união das oposições". À ConJur, o candidato disse que Mascaro é uma "adesão importantíssima" e que a advogada "terá o espaço que precisa" dentro do grupo de Toron.

### DE NINGUÉM

Sônia Mascaro diz que ainda não tem nenhum acordo com outros pré-candidatos, e que está dialogando tanto com Toron, como com Marcos da Costa e Ricardo Sayeg. Já com os pré-candidatos Rosana Chlavassa e Roberto Podval, ela diz que não tem falado.

## Venda de combustível adulterado gera dano moral coletivo

A venda de combustível adulterado abala o patrimônio moral da coletividade, caracterizando presunção absoluta de lesão e prejuízo aos consumidores. Com base neste entendimento, a 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve sentença que condenou uma empresa e sete réus a indenizar materialmente os consumidores individualmente lesados. Todos terão de pagar, também, dano moral coletivo no valor de R\$ 50 mil.

Os desembargadores entenderam ser desnecessário exigir a comprovação dos prejuízos para autorizar a reparação aos consumidores, uma vez que tais danos individuais não necessitam de prova do quantum, haja vista que o artigo 95 Código de Defesa do Consumidor (CDC) permite a condenação genérica. A apuração dos valores será feita em liquidação de sentença, como autoriza o artigo 95 do CDC.

"Vale destacar que a indenização

a título de dano moral coletivo no caso em exame se impõe, pois enganosa a publicidade praticada em relação ao combustível fabricado e comercializado, onde muitos consumidores sequer têm conhecimento de que foram ludibriados, sendo tal indenização in re ipsa, a ser revertida ao Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados, de acordo com o artigo 13 da Lei nº 7.347/85", observou a Walda Maria Pierro.

21 MAI 2012

# JORNAL DO ESTADO

## PAINEL JURÍDICO

### Enem

Por decisão da 2ª Turma do TRF da 5ª Região, um estudante do Ceará vai ter acesso à prova de redação do Enem e poderá recorrer da nota que obteve.

### Escuta I

Observados o princípio da razoabilidade e a necessidade da medida para a investigação, a escuta telefônica pode ser superior ao prazo legal que é de 15 dias, prorrogados por mais 15. O entendimento é do STJ.

### Escuta II

A Polícia Militar de Minas Gerais tem legitimidade para fazer escutas telefônicas judicialmente autorizadas, tarefa geralmente realizada pela polícia civil. O entendimento é da 2ª Turma do STF.

### Perigo

O adicional de periculosidade não pode ser acordado em negociação coletiva em percentual inferior ao limite legal que é de 30%. O entendimento é da Subseção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do TST.

### Valor

Um homem que furtou e três livros avaliados em R\$ 119 teve HC concedido pelo STJ que aplicou ao caso o princípio da insignificância.

### Buracos

Um motoqueiro que se acidentou na BR-101, por causa de buracos na pista, deve receber do DNIT indenização por danos morais e materiais. A decisão é da 3ª Turma do TRF da 4ª Região. A relatora do caso enfatizou que as provas demonstram que o DNIT conhecia o estado da estrada naquele trecho e que nada fez para corrigir os defeitos ou alertar os usuários.

### Informações

Para tirar dúvidas sobre a Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor no último dia 16, o STF vai atender o público pessoalmente na Central de Atendimento (Anexo II A - térreo), de segunda a sexta-feira, das 11h às 18h, por telefone, pelo número (61) 3217-4465 (opção 8), de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h e pela Internet, por meio de preenchimento de formulário disponível no link "Atendimento STF".

### Teatro

A peça "Penso, Logo Resisto", com texto e interpretação do advogado José Plínio Taques, recebe apoio promocional da CAA-PR e da Comissão Cultural da OAB Paraná. Com texto leve, crítico e divertido, a comédia que está em cartaz no Teatro Lafa Schneider, garante desconto de 50% para advogados, para compra de até quatro ingressos, mediante apresentação da carteira profissional. O valor da entrada, sem o desconto, é R\$ 20,00. A peça fica em cartaz de sexta a domingo, sempre às 21h, até o dia 3 de junho.

### DIREITO SUMULAR

**Súmula n. 731 do STF**  
— Para fim da competência originária do Supremo Tribunal Federal, é de interesse geral da magistratura a questão de saber se, em face da lei orgânica da magistratura nacional, os juízes têm direito à licença-prêmio.

## JURISPRUDÊNCIA

**Solidariedade não se presume, sobretudo em sede de direito tributário**

O entendimento prevalente no âmbito das Turmas que integram a Primeira Seção desta Corte é no sentido de que o fato de haver pessoas jurídicas que pertençam ao mesmo grupo econômico, por si só, não enseja a responsabilidade solidária, na forma prevista no art. 124 do CTN. Ressalte-se que a solidariedade não se presume (art. 265 do CC/2002), sobretudo em sede de direito tributário.

Decisão da 1ª Seção do STJ. ERESP n. 859616 (fonte STJ)

21 MAI 2012

## JORNAL DO ESTADO

### Jurista humano

**\*Roberto Victor  
Pereira Ribeiro**

Em ares de recência o Conselho Nacional de Justiça emitiu a Resolução nº. 75, reestruturando, assim, as regras dos certames públicos para cargos jurídicos. A novidade da supracitada resolução é a inclusão de matérias humanísticas nas provas, com o fito de buscar do candidato a visão que o mesmo tem do mundo e da profissão que irá desempenhar perante a sociedade.

Nós, juristas, não podemos olvidar que as relações humanas permeiam nosso labor diuturnamente e que as normas jurídicas habitam em nosso universo com harmonia e serenidade sem, para tanto, deixar de nos colocar pensativos e reflexivos sobre as suas vertentes, a forma em que se irradia e suas aplicações nos casos concretos. Daí a necessidade de sermos, antes de juristas, humanos. Por isso, devemos hastear as sábias palavras de Enrico Ferri:

"só obedecendo a Lei se conserva, firmemente, o fundamento da nossa vida social". Em nosso entendimento, só se obedece a lei com o carinho e o respeito que ela merece, quando entendemos o cerne de sua existência e a sua utilidade social. Portanto, somos nós, os juristas e cientistas jurídicos, os primeiros responsáveis por interpretar-las e apresentá-las à sociedade. Normalmente, a lei é fria, seca e sem amabilidade, já a visão que os juristas refletem delas é viva, perene e confortadora.

Os juristas, como tradutores das leis, não podem se debruçar simplesmente sobre a letra morta da lei. É-nos devido a conduta de buscar sempre as finalidades e os reais objetivos daquela redação legal e depois demonstrá-la à sociedade como instrumento necessário de convivência humana.

O vocábulo "jurista" é proveniente do termo glurista, verbete Italiano para sinalizar aquele que labora com o Direito para facilitar a pacificação social.

Por isso, faz-se mister, congratular o Conselho Nacional de Justiça por tão acertada diretriz. A Resolução 75 vem aplacar e amortecer as inquietudes dos atuais paladinos da justiça e da igualdade que, até então, não encontravam guarida, precisando, para tanto, abandonar-se em letras e letras de diplomas e mais diplomas legais. Ho-diernamente, não se exige apenas o conhecimento das leis, mas sobretudo o conhecimento do ser humano e da vida em sociedade. Se para o médico é necessário o conhecimento para diagnosticar e tratar as doenças do homem, para o cientista jurídico é necessário o conhecimento humanístico para visualizar e remediar os desajustes sociais.

Celebremos sempre a figura de Anatole France quando ele assevera: "A lei é morta; o jurista é vivo. Nisto está a grande vantagem dele sobre ela".

\* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito